

CSC vence eleição para Sindicato dos Condutores de São Paulo

A Corrente Sindical Clas- sista venceu a eleição para o Sindicato dos Condutores de São Paulo. A chapa, en- cabeçada por Gregório Poço, contou com a presen- ça de setores independentes e outras correntes que atu- am na categoria e obteve

62,21%, derrotando a chapa da Articulação Sindical. O Sindicato dos Condutores é considerado estratégico para o movimento sindical. Os condutores transportam, di- ariamente, 6.5 milhões de passageiros



Maurício Morais

Página 4 Gregório Poço

A Classe Operária



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS

R\$ 1,00

FHC embrulha os brasileiros



O presidente Fernando Henri- que baixou um pacote econômico que transfere rendas para os especuladores, leva à recessão e ao de- semprego em larga escala. Após o pacote, o desemprego bateu seu recorde histórico em São Paulo, atingindo 1,428 milhão de trabalha- dores. A CUT e as entidades popu-

lares organizam manifestações e atos contra o “pacote 51, pela pre- vidência pública e de qualidade, por terra, trabalho e cidadania”.

O governo encontra dificuldades para aprovar o pacote no Congres- so Nacional, pois até mesmo a base governista está dividida.

Página 3

PCdoB propõe frente ampla e aprova metas eleitorais para 98

Reunido em São Paulo, nos dias 22 e 23, o Comitê Central do PCdoB elegeu a Comissão Políti- ca e o Secretariado. Formou com- issões auxiliares, defendeu can-

didato único das oposições e apon- tou suas metas para a eleição de de- putados federais e estaduais no pró- ximo ano.

Página 15

Encontro debate agenda de mobilização contra neoliberalismo

O Encontro Popular contra o Neoliberalismo será realizado em São Paulo, no dia 6 de dezembro. Cerca de 10 mil pessoas são espe-

radas para o evento que vai discutir uma plataforma de luta e uma agen- da de mobilização para 98.

Página 7



Ato em São Paulo, com João Amazonas

80 ANOS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

O ideal socialista vive

Em todo o mundo foram realizadas manifestações contra o capitalismo e festejando a Revolução Bolchevique.

Página 11

Festival retoma a tradição cultural do movimento estudantil

Projeto da Ubes de incentivo à produção cultural pelos estu- dantes começa em dezembro, no Rio de Janeiro, e marca nova eta- pa na atuação da entidade. Vári- os artistas participarão do lança- mento do projeto Motor 97.



Página 4 Grupo Quasar

Privatização das telecomunicações trará prejuízos à população
Página 8

Governo aprova reforma administrativa e abre caminho para o desmanche do Estado brasileiro
Página 4



Diversas personalidades estiveram na abertura do Congresso

Ubes realiza congresso e elege Juana Nunes presidente da entidade

Página 5



Vergonhoso rolo compressor mostrou a disposição do governo Fernando Henrique em atender ao capital internacional e tentar adiar a crise do modelo de estabilização que já nasceu equivocado. Os serviços públicos serão duramente afetados

Avança o desmonte do Estado brasileiro

Paulo Cassis e
Fredo Ebling Júnior

Verdadeira operação de guerra foi montada para impor a aprovação na Câmara da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 173, da Reforma Administrativa. Criou-se um ambiente de chantagem: ou se aprovava a reforma, ou viria o caos. A partir do mapeamento da tendência de voto de cada parlamentar, foi definida a tática de pressões e concessão de favores. O Diário Oficial do dia 19 registrou o desbloqueamento no Orçamento da União de mais de R\$ 20 milhões para obras e projetos de interesse de parlamentares. E no dia 26, regiões e Estados governados por aliados do governo foram contemplados com liberações de convênios e nomeações de seu interesse. A Sudam foi beneficiada com R\$ 1,7 milhões e Minas Gerais teve liberada verba de R\$ 1,5 milhões do DNER.

Na quarta, 19, com 351 deputados a favor e 134 contra, foi aprovada a PEC, ressalvados os destaques para votação em separado (DVSs). A seguir, foram rejeitados os destaques simples e foi iniciado o processo de votação dos destaques de banca-

da. O quadro de votação, neste dia, foi o seguinte: 1) rejeitado o DVS 8, que mantinha o regime jurídico único e a isonomia; 2) aprovado o DVS 16, que define o estágio probatório de três anos para os procuradores dos Estados e Distrito Federal; 3) aprovado o DVS 22, que retirou a explicitação das carreiras típicas de Estado com o fim da estabilidade; 4) suprimido o art. 10, que alterava competências do Senado definidas no art. 52 da Constituição, para simples fiscalização, restabelecendo o texto constitucional.

Já na terça, 25, o Plenário da Câmara decidiu: a) tornar obrigatória a aposentadoria compulsória aos 70 anos para donos de cartórios, como acontece com os demais servidores públicos; b) manter as estatais nas regras gerais de licitação pública; c) retirar dispositivo que previa o pagamento integral pelo órgão ou entidade requisitante dos salários dos servidores requisitados.

Na quarta-feira, 26, por 326 votos a favor, 154 contra e duas abstenções, foi consumada a possibilidade de demissão de funcionários estáveis por excesso de gastos. Pelo texto aprovado, toda vez que a folha de

pagamento superar 60% da arrecadação, haverá, sucessivamente, corte de 20% do valor das funções comissionadas, demissão dos servidores não estáveis (os admitidos sem concurso entre 6 de outubro de 1983 e 5 de outubro de 1988) e a demissão de servidores estáveis. Ainda no mesmo dia foi mantida a paridade entre os vencimentos dos servidores ativos e os dos inativos.

Golpe nos serviços públicos

“O governo federal utilizou-se da barganha de cargos e de verbas públicas para fazer aprovar a quebra da estabilidade no serviço público. A concessão de benesses pelo governo federal na caça dos votos dos indecisos envergonhou o país”, desabafou o deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF).

Só restou uma alternativa às oposições: mostrar a sua coerência e denunciar a aprovação de uma “reforma” que significa o primeiro passo para o completo desmonte do Estado brasileiro. Não estão em jogo somente conquistas e direitos dos servidores públicos. A reforma administrativa é um passo mais sério num processo que, com a criação de organizações que administrarão os hospitais e universidades públicas, privatizará inclusive o atendimento à saúde e educação.

A lamentar, também, nesse quadro de decisões desfavoráveis ao povo, a ausência dos servidores públicos dos corredores e gabinetes da Câmara dos Deputados e a inexistência de qualquer manifestação de protesto. Ausência notada não só pela oposição mas pelas lideranças governistas como o deputado Gedel Vieira Lima (PMDB-BA) que, ao encaminhar o voto favorável de seu partido à reforma administrativa, argumentou que a não presença de grupos de pressão dos servidores significava que o prejuízo causado pela reforma a esta categoria não deveria ser aquele anunciado pela oposição.



Ato reuniu PCdoB, PT, PDT, PPS e PV

Ato em S. Catarina contra FHC

Aristheu Formiga

Os principais partidos de oposição ao governo FHC reuniram-se dia 21 de novembro em Florianópolis e discutiram a formação de uma coligação de caráter popular e progressista, que seja uma alternativa viável às candidaturas neoliberais para a Presidência da República e para os governos dos Estados - inclusive Santa Catarina.

O ato ocorreu no plenário da Assembléia Legislativa, com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), do ex-prefeito de Piracicaba (SP), João Hermann (PPS), Rogério Portanova (do PV local) e Renato Rabelo (PCdoB).

Brizola acusou Fernando Henrique de traidor do povo,

“pela leilão declarada do Brasil”. Lula classificou como cínico o comportamento da equipe econômica do governo federal, preocupada com estatísticas e com banqueiros internacionais “e esquecendo dos agricultores, dos desempregados e dos pobres do país”.

O vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, afirmou que a reunião foi pioneira e congregava as forças que fazem oposição ao governo FHC. “Ela foi proveitosa também por iniciar a discussão do tema, para saber o que cada partido pensa a respeito da sucessão presidencial e governamental. O PCdoB busca fortalecer ao máximo uma frente de oposições, isolar o governo FHC e estabelecer um programa popular, democrático e progressista”, afirmou.



Ana Martins apresentou projeto em apoio a Cuba

São Paulo - Havana, cidades irmãs

No dia 7 de novembro foi sancionado o projeto de lei da vereadora Ana Martins, do PCdoB, que declara São Paulo e Havana cidades irmãs. A solenidade de entrega do título de Cidades Irmãs às autoridades cubanas ocorrerá na Câmara Municipal de São Paulo, dia 4 de dezembro, às 15h30. “A iniciativa visa reforçar os laços de solidariedade entre os povos da América Latina e pres-

ta homenagem a Cuba que, com o seu bravo povo, constrói o socialismo, apesar dos que insistem em apregoar as benesses do capitalismo e em afirmar que o socialismo morreu”, afirma a vereadora comunista.

A lei prevê a realização de acordos com o objetivo de fomentar os intercâmbios sociais, culturais e econômicos, em especial o relativo à organização, administração e gestão urbana.

Promoção Especial



Faça ou renove sua assinatura anual de 30 publicações do jornal A Classe Operária, por apenas R\$ 30,00.

Ligue (011) 604 4140 / 606 0412 e deposite no Banco Itaú, ag. 0251, Conta corrente 48676-7

Formas de pagamento:

- Cheque nominal à Editora Jornalística A Classe Operária
- Vale Postal

EXPEDIENTE

- Cartão Credicard/Diners nº _____ Validade: _____

Nome: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL)

Editoração Eletrônica: Marco A. T. Godoy - Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo

Publicação quinzenal da Editora Jornalística A Classe Operária

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP

CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: classeop@ruralsp.com.br





Pacote do governo agrava a dependência, transfere riquezas para os especuladores, aumenta o desemprego e leva à recessão. São Paulo bateu o recorde histórico de desempregados. Estudos comprovam que a riqueza é extremamente concentrada no Brasil

FHC embrulha o país para presentear os especuladores

Carlos Pompe

O governo de Fernando Henrique Cardoso ressuscitou o pacote econômico, no dia 10 de novembro. Um pacote de 51 medidas antipopulares, que levarão à recessão, ao desemprego, ao arrocho salarial e ao lucro fácil para os exportadores e especuladores, além da liquidação ainda maior das estatais e privatização da imensa maioria das estradas (os brasileiros pagarão a empresas privadas, inclusive internacionais, para circular em seu próprio país!).

O preço dos combustíveis aumentou. As pessoas físicas vão pagar mais 10% de Imposto de Renda a partir do ano que vem, se o pacote for aprovado pelo Congresso sem modificações (o PFL diz que é contra este item). O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis aumentou 5 pontos percentuais e das bebidas, 10%. O governo ainda pretende demitir 33 mil funcionários, o que poderá levar ao fechamento de várias instituições públicas, e extinguir 70 mil cargos efetivos da administração civil, além de reduzir 1.700 postos de Direção de Assessoramento Superior, ou 10% do total. Os ministros de FHC estimam que o pacote permitirá ganho fiscal de R\$ 20 bilhões, destinados ao pagamento dos juros extorsivos adotados pelo governo para atrair capitais estrangeiros. Prevê-se que o desempenho da economia brasileira em 1998 será pior do que o registrado neste ano, que não deve chegar a 4%. Em 95, o Produto Interno Bruto registrou um aumento de 4,2%, e em 96, de 2,9%.

Algumas indústrias de São Paulo, em especial do setor automobilístico, já anunciaram férias coletivas, redução da jornada de trabalho e demissões. O desemprego atingiu o recorde de 1,428 milhão de trabalhadores em São Paulo, em novembro. "A taxa de desemprego terá aumentos significativos", diz Antônio Prado, coordenador de produção técnica do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (Dieese). Pedro Paulo Martoni Branco, diretor-executivo da Fundação Seade (que calcula com o Dieese os índices de emprego em São Paulo), anali-

sa que o desemprego deverá aumentar nos próximos meses, principalmente em janeiro e fevereiro, após as vendas do Natal. A indústria paulista deverá demitir pelo menos mais 30 mil trabalhadores até o fim do ano. A queda do nível de emprego vem mantendo índices constantes, próximos a uma perda entre 8 mil e 10 mil pontos de trabalho a cada mês, segundo o levantamento mensal feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A inflação, sempre exorcizada pelos defensores do Real, terá novo alento: A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP refez as expectativas de inflação para o mês. Com o aumento das tarifas de combustíveis, o custo de vida em São Paulo deverá subir 0,35%, segundo o economista Heron do Carmo, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Ele previa até a semana passada variação de 0,2% em novembro e de 3,9% para 1997. Agora, dificilmente a inflação ficará abaixo de 4% no ano.

Reação popular deve ser enérgica

As medidas foram duramente criticadas pela oposição, e até a base governista de FHC no Congresso quer mudanças (apenas o PSDB aprovou totalmente as medidas, antes mesmo de conhecê-las). Discute-se se o governo deve ou não fazer acordo com o Fundo Monetário Internacional - que teria participado na elaboração do pacote -, mas mesmo o presidente do Banco Central, diz que não é necessário, pois o governo já faz tudo o que o FMI manda...

Fernando Henrique e sua equipe econômica, sempre tão solícitos em atender aos apelos do capital estrangeiros, continuam cegos e surdos ante a realidade dramática do país e as críticas e alertas realizados por analistas que não rezam pela cartilha neoliberal.

A principal crítica da oposição vai ao conteúdo mesmo do Plano Real e da orientação econômica do governo. A oposição preconiza um outro tipo de política para o país, privilegiando o



Concentração de renda

José Carlos Ruy

Nos últimos meses, a imprensa foi cenário de um esforço dos economistas e institutos ligados ao governo para provar que, após o Real, houve redistribuição de renda no país. Todos os truques estatísticos foram mobilizados para demonstrar essa tese que economistas e institutos independentes ou ligados à oposição denunciavam como falsa. Pois bem, os dados do PNAD/96, recém divulgados pelo IBGE, acabam com qualquer dúvida. Eles se baseiam no método universalmente empregado para medir concentração, o Índice de Gini, que varia de zero a 1: quanto mais próximo de zero, menor a concentração. O PNAD encontrou os índices 0,584 para 1986; ele subiu até 0,630 em 1989, indicando aumento da concentração; começou a cair então, chegando a 0,571 em 1992, ano em que a renda foi melhor distribuída; voltou a subir, chegando a 0,601 em 1993, quando iniciou nova queda, chegando a 0,581 em 1996. O IBGE desmonta assim a lengalenga oficial sobre os milagres redistributivistas do Real, mostrando que a renda oscilou, nestes dez anos, num mesmo patamar de extrema concentração.

desenvolvimento industrial e agrícola (e não a recessão), o fortalecimento do mercado interno, a elevação do padrão de vida dos trabalhadores, investimentos em saúde, educação, moradia, segurança, etc. Ou seja, o contrário do que FHC e sua equipe vêm implementando.

Outras fragilidades do pacote podem ser apontadas. Não foram incluídas, dentre as medidas, a criação do imposto sobre grandes fortunas; não foram adotadas medidas de distribuição de rendas (pelo contrário, o pacote é concentrador de rendas); o governo está realizando cortes na área social (inclusive R\$ 300 milhões da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas -, e R\$ 100 milhões das bolsas de estudos); e é um absurdo o governo anunciar a demissão de mais de 30 mil funcionários públicos

e não mexer nos R\$ 500 milhões destinados à propaganda do próprio governo, de olho na reeleição.

Os mercados financeiros internacionais reagiram com pouco entusiasmo às 51 medidas econômicas, que seriam insuficientes para solucionar o déficit público do Brasil. O pacote produzirá um ganho fiscal de, no máximo, 1% do Produto Interno Bruto (PIB) e não de 2,25%, como disse o governo. Não é só a oposição que não confia nos números anunciados pelos pais do Real...

A Central Única dos Trabalhadores e os partidos de oposição preparam uma série de manifestações contra o pacote. A reação popular deve ser enérgica, diante de mais este atentado governamental contra o país e a economia popular.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



A CSC obteve um de seus mais importantes êxitos ao eleger Gregório Poço para a presidência do Sindicato dos Condutores de São Paulo. Os integrantes da chapa vencedora foram eleitos em prévias realizadas nas garagens. A categoria tem 55 mil na base

Vitória estratégica da CSC nos condutores de S. Paulo

Altamiro Borges

Com expressiva vantagem, a chapa hegemônica pela Corrente Sindical Classista (CSC) venceu no primeiro turno as eleições para nova diretoria do Sindicato dos Condutores de São Paulo. No pleito, realizado nos dias 5, 6 e 7 de novembro, a chapa 3 obteve 13.518 votos (62,21%), contra 7.759 da chapa 2, vinculada à Articulação, e apenas 452 votos da chapa 1, que reunia simpatizantes da Força Sindical. Gregório Poço, da coordenação nacional da CSC, tomará posse como presidente da entidade em 12 de dezembro.

O resultado constitui-se num dos principais êxitos da CSC no sindicalismo brasileiro. Em primeiro lugar, porque a entidade representa uma categoria estratégica no maior centro econômico do país. Os mais de 55 mil motoristas e cobradores de ônibus transportam diariamente cerca de 6,5 milhões de passageiros. Junto com os metroviários, que atendem 2,5 milhões de usuários e cujo o sindicato também é vinculado à CSC, os condutores são responsáveis indiretos pelo funcionamento de toda indústria e serviços em São Paulo.

Além disso, a entidade, que conta com cerca de 35 mil sindicalizados, é uma das mais representativas do sindicalismo brasileiro. Encontra-se entre os maiores sindicatos do país filiado à CUT. A vitória eleitoral aumenta a capacidade de intervenção da CSC no interior da central e no conjunto do movimento sindical. Qualquer luta de resistência contra a ofensiva neoliberal e por mudanças do país passa pelo Sindicato dos Condutores, que no passado já encabeçou movimentos como o do Fora Collor!

Razões da vitória

Vários fatores contribuíram para a vitória. O principal foi o intenso e dedicado trabalho militante nas aproximadamente 70 garagens do setor. Com uma experiência acumulada de mais de 15 anos, os sindicalistas classistas tornaram-se referências no local de trabalho. Muitos foram eleitos para as coordenações das Comissões de Garagem, importante conquista da categoria, e para Cipas. Esse forte enraizamento ficou expres-



Gregório em plenária da campanha

so na própria montagem da chapa 3, composta por integrantes eleitos em prévias nas garagens. Cerca de 15.300 condutores participaram desse processo democrático de escolha dos candidatos.

Outra razão decisiva foi a habilidade e amplitude política da CSC. Desde o início, ela soube explorar as contradições da Articulação sindical (Artsind) - corrente majoritária na entidade. Tanto que sua proposta era

a da formação de chapa única, a partir das prévias nas garagens. Esta só foi inviabilizada pela postura hegemônica de um setor da Artsind, que pagou o alto preço do isolamento nas eleições. A chapa 3 conseguiu

congregar sindicalistas do PT, PSB e independentes e conquistou o apoio de amplas forças cutistas. Alguns sindicatos importantes, vinculados à Art-sind, ficaram neutralizados na disputa eleitoral.

Por último, vale ressaltar o empenho unitário de todas as forças classistas. Sindicalistas e lideranças populares de várias categorias e Estados, conscientes da importância da batalha, deslocaram-se para ajudar na eleição. Na última semana, a sede da chapa 3 chegou a alojar mais de 150 militantes, servindo até 300 refeições por dia. Essa postura arrojada, que merece todos os elogios, só reforça a cultura intersindical classista, dando ainda maior impulso e vigor à CSC.

*secretário sindical de São Paulo

Festival dá voz e vez a novos talentos

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) retoma tradição do movimento estudantil e realiza o Motor/97, no Rio, com apoio do Ministério da Cultura. Estudantes podem inscrever trabalhos até 5 de dezembro

O Motor 97 acontece de 12 a 14 de dezembro, na Fundação Progresso, no Rio de Janeiro.

Motor 97 é o movimento estudantil além da política tradicional. É um projeto da Ubes de incentivo à produção cultural dos estudantes. É um resgate da tradição das entidades como catalisadoras da criatividade, da inventividade e da inovação.

Não é à toa que foram escolhidos para se apresentar ou desenvolver oficinas no Festival, nomes da nova geração das artes no Brasil. Profissionais que se destacam em suas áreas pela capacidade de inovar e revolucionar linguagens: as companhias de dança Quasar, Saia Rodada, Marcelo Gabriel (Cia. de Dança Burra), os grupos Mestre Ambrósio, o Rappa e os Los Sea Dux, grupo de dança Unidade Móvel (oficina de Street Dance), o luthier Fernando Sardo (oficina de construção de instru-

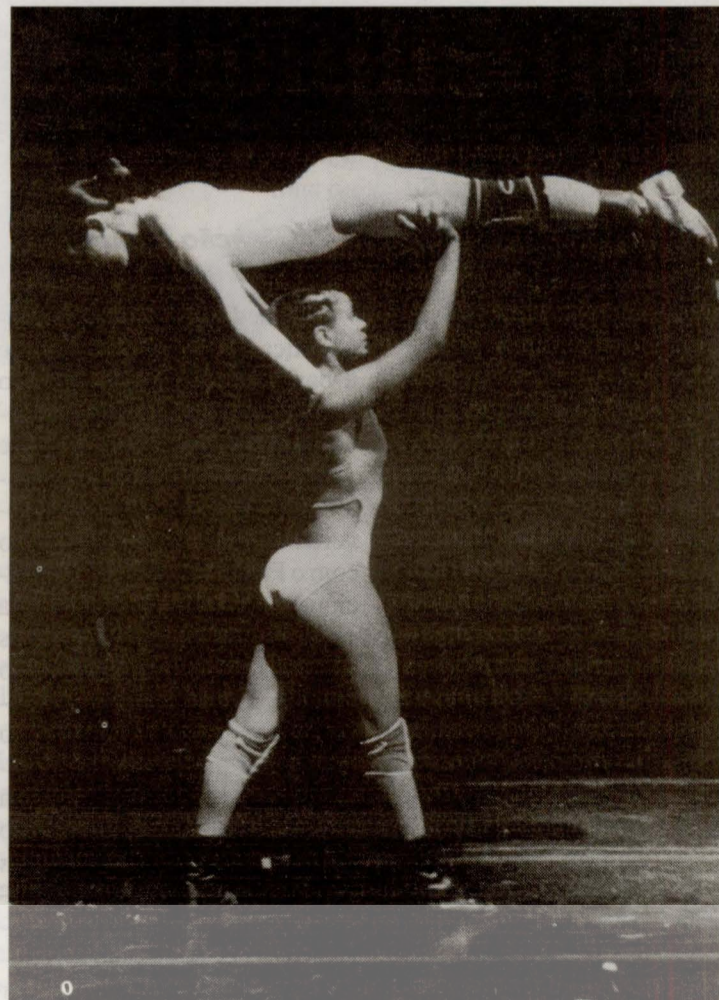
mentos), os músicos do grupo Nação Zumbi (oficina de percussão), os artistas de teatro circense do grupo Parlapatões, Patifes e Paspalhões (oficina de teatro) e os produtores de fanzine Schiavon e MZK (oficina de quadernhos). Também haverá sessões de apresentação de vídeos e espaço reservado para prática de skate.

Opus Profundum

O Motor 97 traz também pela primeira vez ao Rio de Janeiro o espetáculo "Opus Profundum", escrito e dirigido por Dionísio Neto. A peça-festamanifesto-show já arrancou as mais diversas reações por onde se apresentou e conta com a participação do grupo de street dance Unidade Móvel. Dionísio Neto, que também participa do espetáculo como ator, é considerado uma das grandes revelações do teatro brasileiro desta década.

Seleção de trabalhos

Motor/97 não vai se resumir à apresentação e interação destes artistas com os cerca de mil estudantes esperados para o evento. Trabalhos produzidos por secunda-



Claudia Calabi

Grupo Unidade Móvel

ristas de todo o Brasil nas áreas de dança, música, teatro, artes plásticas ou quadernhos serão selecionados e apresentados no evento. A proposta é criar um espaço permanen-

te, que canalize a enorme produção cultural dos estudantes brasileiros. O Festival tem o apoio do ministério da Cultura, através da Fundação Nacional da Cultura.



O 32º Congresso da Ubes aprova a realização de congressos estaduais e elege uma diretoria composta por militantes da UJS, PT, PDT e setores independentes do movimento estudantil. Juana Nunes é a presidente da entidade, eleita com mais de 80% dos votos

Ubes prepara cinquentenário com muita luta

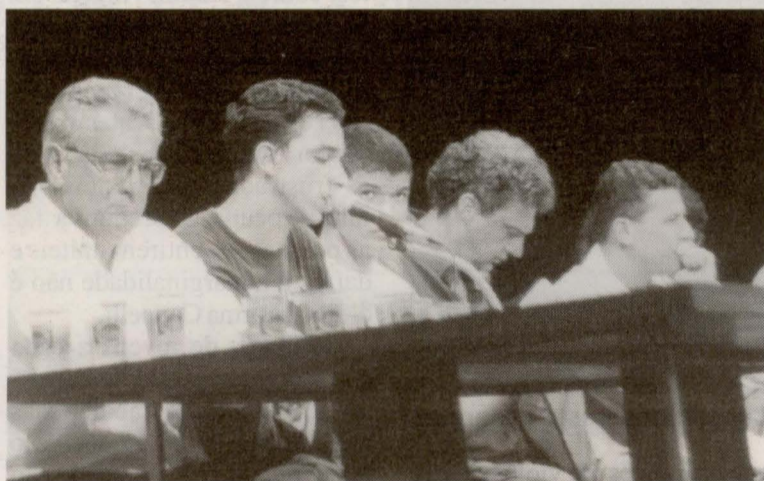
Daniel Vaz

De 13 a 16 de novembro realizou-se em Juiz de Fora (MG), o 32º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Com a presença de 4800 delegados de todo o país, foi eleita presidente da entidade a estudante do Rio de Janeiro Juana Nunes. Ela comandará a Ubes durante o seu cinquentenário de fundação, que será comemorado em 1998. A União da Juventude Socialista, mais uma vez, demonstrou a força do seu trabalho nesse evento importante para o movimento estudantil brasileiro.

Participaram da abertura do congresso personalidades como o prefeito de Juiz de Fora, Tarcísio Delgado; o presidente da UNE, Ricardo Capelli e o seu ex-presidente do período da ditadura militar, José Luís Guedes; a presidente da (OCLAE) Organização Continental Latino-Americana dos Estudantes, Kenia Serrano. Outras personalidades mandaram declarações de sucesso ao Congresso, como o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores Luís Inácio Lula da Silva.

Os discursos se unificaram em torno da formação de uma frente ampla de combate a Fernando Henrique Cardoso. O único tumulto foi criado propositalmente pelo deputado federal Lindbergh Farias. Desequilibrado, ele tentou a todo momento marcar posição. Em determinado momento, até foi capaz de dizer que "a direção majoritária da Ubes" havia baixado o som do microfone em sua intervenção só para prejudicá-lo. Provocou um tumulto que terminou com a quebra de três cadeiras do Teatro Municipal da cidade, que existe há mais de cem anos e foi reformado recentemente. Além das provocações feitas por ele, militantes do PSTU das universidades Estadual e Federal do Rio de Janeiro provocaram o tempo inteiro a bancada da União da Juventude Socialista (UJS), com ofensas que passaram o limite do político.

No decorrer do Congresso o clima ficou mais calmo. Houve



Oposição a FHC foi a tom dos discursos na abertura

sempre uma grande unidade da maioria dos delegados, particularmente os independentes e os ligados à juventude do PT e à UJS. As polêmicas que algumas correntes tentaram criar caíam no vazio rapidamente, (logo abaixo há o quadro da votação da diretoria e o número de votos de cada chapa) pois não se sustentavam nos debates.

Algumas novidades foram aprovadas nesse Congresso, como a realização dos congressos estaduais, a fim de propiciar o debate e a discussão política a um número maior de estudantes. Também foram aprovados mandato de dois anos para as próximas diretorias da entidade e a ampliação da abrangência da campanha "Sou da Paz". Foi mantida a proporcionalidade qualificada para a composição da diretoria. Ou seja, ela será composta confor-

me o número de votos que cada chapa obtiver.

No final, prevaleceu o consenso em uma ampla chapa, composta pela UJS, a maioria da Juventude do PT, a Juventude Socialista do PDT e vários setores independentes de estados como Sergipe, Maranhão e Paraíba. Essa chapa obteve 80,8% dos votos. As outras chapas, juntas, ficaram com menos de 20% dos votos.

A presidente eleita, Juana Nunes, diz que as perspectivas para essa gestão são muito boas. A Ubes sai do seu encontro com disposição para enfrentar as grandes batalhas que enfrentará nos próximos dois anos, em oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso e defesa da escola pública em todos os níveis. "Vai ser realmente muito difícil segurar a garotada", diz Juana.

QUADRO DA VOTAÇÃO FINAL DO CONGRESSO

Chapa 1	<i>Inimigos do Rei, para o rei não apitar</i> formada por UJS, independentes, Juventude do PT, Juventude Socialista do PDT 80,8% dos votos
Chapa 2	<i>Reviravolta e Metamorfose</i> PSTU e setores minoritários PT 15% dos votos
Chapa 3	<i>Ousar lutar, ousar vencer</i> PCB Menos de 1% dos votos
Chapa 4	<i>Contra a municipalização do ensino e FHC</i> O Trabalho 1% dos votos
Chapa 5	<i>Mudança - SB - 1 voto</i>



Os grupos debateram cultura, educação e política

Juana foi eleita com mais de 80% dos votos

A Classe Operária entrevistou a nova presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Chama-se Juana Nunes, é carioca e militante da União da Juventude Socialista. Já fazia parte da Diretoria Executiva da entidade na última gestão. Abaixo ela fala um pouco sobre os planos da Ubes para a próxima gestão.



Juana, a nova presidente

Classe - Você tem uma palavra para definir esse congresso?

Juana - Energia, garra, tesão da juventude do nosso país. Acho que esse congresso é uma reunião dessas palavras. Isso é bom por que o pessoal volta para os Estados com aquela garra de tocar as coisas, de construir grêmios, de participar das passeatas.

Classe - Você tem alguma coisa para dizer para a militância da UJS depois de mais esta batalha?

Juana - Gostaria de parabenizar a militância da UJS pelo grande esforço feito para esse Congresso. Apesar das dificuldades, da falta de dinheiro e de tempo para a mobilização, a moçada foi aguerrida o suficiente para não deixar a peteca cair nem se deixar levar por meros objetivos pessoais e casuísticos. A UJS mais uma vez demonstrou qual é o caminho para a juventude, é o caminho da união, da garra e da vontade de mudar o Brasil. Valeu mesmo, pessoal.

Classe - O que você espera dessa gestão?

Juana - Acho que essa gestão da Ubes vai ter uma tarefa muito grande nesses dois anos. Já começamos com a responsabilidade de mobilizar para o Encontro Nacional em Defesa de Terra Trabalho e Cidadania, que acontece em dezembro. Além disso, precisamos cada vez mais ir para as salas de aula, construir grêmios, entidades municipais e estaduais, promover a cultura e a arte para os estudante. Vamos ser cada vez mais jovens, combativos e contagiantes.

Classe - O Festival Motor/97 já vem nessa outra linha, de diversificação das atividades?

Juana - É o fim de uma gestão e o começo de outra. O "Motor" vem para coroar tudo isso que a Ubes vem fazendo e deve continuar, sem esquecer do combate às políticas que afetem a juventude e a soberania do Brasil.

UNE realizará Conselho

Encerrado o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo, a UNE (União Nacional dos Estudantes) iniciará o seu 46º Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais), que se encerra domingo, dia 07. Este Coneg deve regulamentar o voto das Executivas de Curso, preparar a luta para 98 e convocar um Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base).
Estão previstos também de-

bates sobre autonomia das universidades, crédito educativo e emprego para a juventude, com a análise de propostas como a redução da jornada de trabalho para estudantes/trabalhadores.

Este Coneg acontece sob o impacto do pacote econômico e das reformas de FHC, como o fim do Regime Jurídico Único, que provoca alterações profundas nas universidades públicas brasileiras.



Campanha desenvolvida pelas entidades estudantis quer o fim da violência. Os jovens são as principais vítimas, tanto no papel de agressor como de agredidos. Também debatem as causas da violência, como o desemprego e a falta de perspectiva

Campanha *Eu Sou da Paz* quer o fim da violência

Os estudantes tomaram a frente e decidiram fazer um movimento pelo fim da violência. Os jovens são as principais vítimas da violência, tanto no papel de vítima como de agressor.

A campanha começou no dia 11 de agosto em São Paulo e rapidamente se espalhou pelo país. Mas ela já vinha sendo preparada há meses, desde que a idéia surgiu no seminário São Paulo Sem Medo, promovido pela Rede Globo de televisão. Desde então, a campanha recebeu o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, líderes eclesíásticos, agências das Nações Unidas, artistas, publicitários, esportistas, empresários, jornalistas, grêmios e centros acadêmicos, sindicatos, Assembléia Legislativa de São Paulo, torcidas organizadas, escolas de samba, grupos de rap, entre centenas de personalidades e instituições.

A campanha partiu da sociedade civil porque o governo não faz sua parte. As autoridades não tomam medidas para resolver nem as causas nem as consequências da violência. Mas quando a campanha dos estudantes começou a dar (bons) resultados, o ministro da Justiça quis assumir a autoria da iniciativa. Ao invés de se somar à *Sou da Paz* e fazer a sua parte, Iris Rezende quer aparecer como o dono do

sucesso de uma ação que há muito seu ministério e o governo já deveriam ter feito.

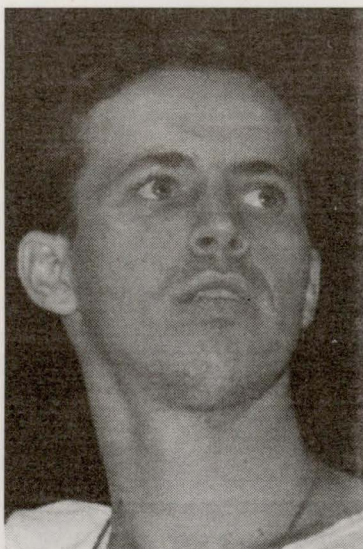
Faltam empregos, escolas, cinemas, quadras esportivas, áreas verdes, postos de saúde e muitos outros serviços essenciais ao desenvolvimento juvenil. As camadas mais pobres da periferia sofrem com a falta de perspectivas de um futuro digno, as carências aumentam na mesma proporção em que o poder público se ausenta.

Segundo o presidente da UNE, Ricardo Cappelli, "se as autoridades adotassem políticas de desenvolvimento social e econômico, privilegiando o ser humano, o país poderia reduzir seus altos índices de violência. É isso que a juventude exige com a campanha", afirma.

Porte de armas não significa proteção

A campanha *Sou da Paz* é uma promoção da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess), União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE), União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes) e Centro Acadêmico 11 de Agosto.

A campanha é realizada em escolas, faculdades, clubes e outros locais de concentração juvenil em todo o país, especialmente naqueles municípios em



Cappelli: não basta desarmar

que os índices de violência são mais elevados, como a capital paulista. Em São Paulo, assim como Campinas, os estudantes já estão em ação. Os grêmios estudantis e os centros acadêmicos estão formando núcleos que reúnem a comunidade escolar e os moradores de cada região, buscando integrar multidões nessa empreitada.

Um dos motivos do movimento é convencer a sociedade de que o porte de armas não significa proteção. Ao contrário, de cada 16 pessoas que se defendem com armas de fogo, 15 são feridas ou assassinadas. Além do Disque - Desarmamento instalado pela UNE, estão previstas queimas de armas em praças públicas, troca de armas por alimentos e ainda debates e shows para explicar à população sobre o perigo de portar armas.

Discutir as causas da violência

Para as entidades estudantis, outra meta é acelerar a discussão sobre as causas da violência crescente e generalizada que, segundo seus dirigentes, "estão na falta de perspectivas de um futuro promissor para a imensa maioria da população, especialmente as camadas mais jovens". Os dados de criminalidade entre a juventude na zona Sul da capital paulista, por exemplo, são chocantes e indicam que 70% das mortes de jovens entre 16 e 24 anos ocorrem por homicídio e, destes, 93% são cometidos com armas de fogo. As pesquisas também revelam que quem mata

mais são jovens da mesma faixa etária.

Por outro lado, os bairros com maior índice de assassinatos, como o Jardim Ângela, em São Paulo, não possuem cinema, quadra esportiva, nem mesmo áreas verdes. "É compreensível que os jovens acabem indo buscar no crime a saída para as frustrações e carências. A falta de ocupação produtiva faz as pessoas se sentirem inúteis e daí para a marginalidade não é difícil", afirma Cappelli.

Milhares de jovens a cada ano atingem a idade de ingressar no mercado de trabalho mas não encontram emprego. Se o poder público e a sociedade não lhes oferecem alternativas, certamente haverá uma opção por um modo teoricamente mais fácil de ganhar a vida.

Nas regiões mais pobres das grandes cidades a situação se agrava pela ausência de atividades de recreação, o que aumenta a ociosidade e o sentimento de impotência e anuncia a impossibilidade da realização humana. Tudo isso leva à degradação das relações familiares e do convívio social e gera desavenças que comumente acabam em mortos e feridos, muitas vezes dentro da própria casa, agravando as tensões sociais e alastrando a violência.

Os jovens estão discutindo ainda a maneira como os meios de comunicação tratam o assunto, em tom sensacionalista. Não bastasse a banalização da miséria nas ruas das cidades, há também a banalização das cenas de violência nos órgãos de informação.

A campanha *Sou da Paz* foi criada pelos publicitários Márcio Ribas e Dráusio Gragnani, da DM9, sob supervisão de Nizan Guanaes.

Segundo Ricardo Cappelli, presidente da UNE, o objetivo é ainda "alertar para o fato de que não basta desarmar as pessoas sem criar alternativas de segurança. E segurança não significa apenas pôr mais policiais nas ruas ou cercar os condomínios nobres para afastar os bandidos. É preciso adotar programas efetivos de emprego, educação, cultura, saúde, esporte, lazer, para dignificar a vida humana e torná-la útil e produtiva em todos os sentidos", afirma.

Perfil petista

Pesquisa encomendada pela Secretaria Nacional de Formação Política do PT, e feita entre os 2.995 delegados aos encontros estaduais e 187 delegados ao 11º Encontro Nacional, realizado em agosto, mostra que a idade média daqueles militantes petistas é alta - 37 anos. Eles se dividem assim: menos de 20 anos, 2%; de 21 a 25 anos, 4%; de 26 a 30 anos, 14%; de 31 a 35 anos, 19%; de 36 a 40 anos, 28% (o grupo de idade de maior percentagem); de 41 a 45 anos, 17%; de 46 a 50 anos, 10%; maiores de 51 anos, 5%.

Trilha do século

O resultado da curiosidade e criatividade do pesquisador musical Ricardo Cravo Albin pode tornar-se a trilha sonora brasileira. Para divulgar seu livro *MPB, a história de um século*, ele pediu 13 especialistas que indicassem as 12 canções do século. A lista acabou formada por 14. Em primeiro lugar, *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso, de 1939; ela foi seguida, pela ordem de votação, por *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, de 1947; *Carinhoso*, de Pixinguinha e Braguinha, 1937; *Último desejo*, Noel Rosa, 1937; *Chega de Saudade*, Tom Jobim e Vinícius de Moraes, 1957; *O que será, que será*, Chico Buarque, 1973; *Se você jurar*, Ismael Silva, Nilton Bastos e Chico Alves, 1931; *Alegria, alegria*, Caetano Veloso, 1967; *Chão de estrelas*, Orestes Barbosa e Sílvio Caldas, 1937; *As rosas não falam*, Cartola, 1975; *Abre alas*, Chiquinha Gonzaga, 1900; *O mar*, Dorival Caymmi, 1939; *Pelo Telefone*, Donga e M. de Almeida, 1917; e *O bêbado e o equilibrista*, João Bosco e Aldir Blanc, 1979. A década campeã foi a de 1930, com seis canções, seguida pela de 1970, com três.

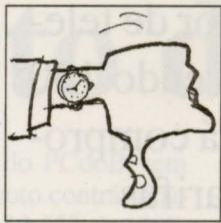
Homenagem da Marinha

O ministro da Marinha, Mauro Cesar Rodrigues Pereira, anunciou que o Conselho da Ordem do Mérito Naval concedeu ao deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) a Medalha Mérito Tamandaré. A medalha será entregue durante o Cerimônia comemorativa do Dia do Marinheiro, em 12 de dezembro.



SOU DA PAZ
CAMPAÑA DOS ESTUDANTES
PELO DESARMAMENTO

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



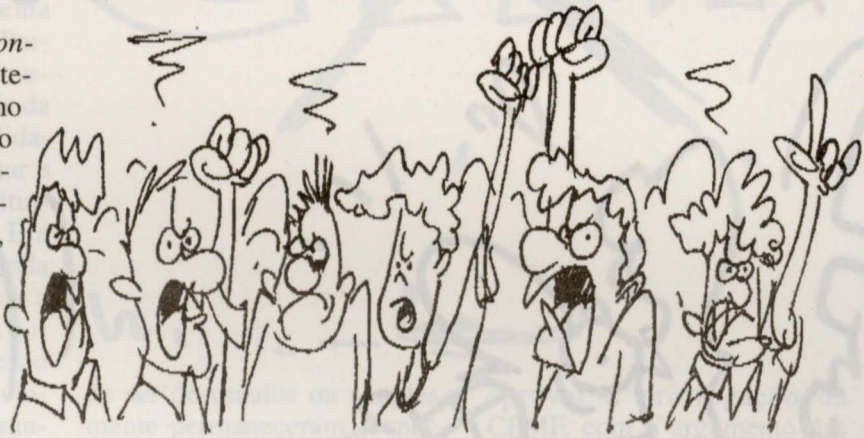
Movimento popular se unifica e propõe agenda de mobilização para o próximo ano. É a resposta à escalada neoliberal que leva a crise a todos os povos do mundo. Chega ao fim a fase de euforia dos países dependente com o projeto neoliberal

Encontro Popular contra o Neoliberalismo

O Encontro Popular contra o Neoliberalismo acontece no dia 6 de dezembro, no Ginásio Ibirapuera, em São Paulo. O encontro é organizado por entidades do movimento sindical e popular, como CUT, UNE, Ubes, CNBB, Contag, OAB, ABI, UJS, UBM, Conam, Abong, Instituto Cidadania, PT, PCdoB, PSTU, PDT, PSB e outras.

Na véspera, 5 de dezembro, será realizada a marcha contra o desemprego e o pacote de Fernando Henrique. Diversas caravanas estão sendo organizadas no interior de São Paulo e também em outros Estados.

O Encontro foi organizado com base em uma plataforma que defende trabalho, terra, qualidade de vida, educação, cidadania e democracia. Além disso, as entidades organizadoras estão propondo a aprovação de uma agenda de mobilização para 98. O objetivo é acumular forças na perspectiva da construção de um projeto alternativo de soci-



PROGRAMAÇÃO

9 h	Apresentação da agenda da pauta comum e das ações unitárias
10h	Debate da agenda e propostas apresentadas pelos comitês estaduais
14h30	Aprovação da síntese dos debates
15h	Tribunal
16h30	Atividade cultural
17h	Encerramento Ato-compromisso

idade e evidenciar a capacidade de unidade dos setores democráticos e populares.

O secretário sindical do PCdoB, João Batista Lemos, na

última reunião do Comitê Central do Partido, chamou a atenção para a mobilização que os comunistas devem realizar no sentido ter uma grande presen-

PROPOSTA DE AGENDA DE MOBILIZAÇÃO PARA 1998

24 de janeiro	dia nacional dos aposentados
8 de março	dia internacional da mulher
7 de abril	dia mundial da saúde
1º de maio	manifestações em defesa do emprego, salário e redução da jornada de trabalho
abril e maio	grito da terra Brasil
3 de junho	dia nacional das ocupações urbanas
5 de junho	dia mundial do meio ambiente
11 de agosto	dia nacional dos estudantes, dia mundial da juventude
7 de setembro	grito dos excluídos
8 de setembro	dia mundial da alfabetização
21 de setembro	dia da juventude
12 de outubro	dia internacional da criança
15 de outubro	dia do professor
5 de novembro	dia da cultura
20 de novembro	dia nacional da consciência negra
1º de dezembro	dia mundial de combate à AIDS
10 de dezembro	dia internacional dos direitos humanos

ça no Encontro. "É importante organizar caravanas, não só no interior do Estado mas também nos Estados mais próximos de São Paulo. Este é um encontro

estratégico do movimento popular, uma iniciativa importante para resistir ao projeto neoliberal e construir uma alternativa popular", afirmou Batista.

A crise das bolsas e a política neoliberal

Umberto Martins

Os povos dos países economicamente dependentes são as principais vítimas da crise que vem abalando o sistema capitalista nos últimos meses. Submetidos a processos de ajuste monitorados pelo FMI, retornam a lógica da recessão e do desemprego em massa, lembrando os períodos mais dramáticos da crise da dívida externa, que os otimistas julgavam superada pela orgia de empréstimos e aplicações estrangeiras.

A turbulência dos mercados de capitais teve início em junho, na Tailândia. O Brasil não ficou imune. Registre-se que um burocrata do Banco Central chegou a sugerir que a desgraça da Tailândia seria "benéfica" à economia nacional, uma vez que os agiotas e especuladores que de lá fugiam procurariam refúgio no mercado brasileiro - a famosa linha de tranquilidade. Essa idéia não resistiu muitos dias.

O clima mudou

A crise reflete desequilíbrios mais profundos, de natureza estrutural, no processo de pro-



Bolso de Tóquio, em dia de crise

dução capitalista. Têm por raízes as baixas taxas de crescimento, o desenvolvimento desigual e a falência do padrão de reprodução proveniente do pós-guerra, sustentado na expansão dos gastos governamentais, que redundou em déficits públicos colossais e rombos insustentáveis nas contas externas.

Estima-se que as quedas das bolsas de valores tenham provocado um prejuízo em torno de 2 trilhões de dólares aos investidores. Isto significa redução dos recursos disponíveis para aplicações, principalmente nos "mercados emergentes", e aumento dos juros. Conforme admitiu o ministro da Fazenda, Pedro Malan, "houve perda de riquezas em

todo o mundo e a liquidez é menor". As taxas de juros no exterior subiram de uma média de 8% ao ano para cerca de 13%. O dinheiro ficou muito mais caro. Isto explica as políticas de ajustes cambial (com fortes desvalorizações das moedas locais) e fiscal (tipo pacote FHC) implementadas pelos governos em diversos países, seja na Ásia (Tailândia, Malásia e Coreia do Sul, entre outras), América Latina ou Leste europeu.

Chega ao fim a fase de relativa euforia e "prosperidade" que acompanhou a implementação do projeto neoliberal nos países dependentes. Tendo por pressuposto a liberalização dos mercados, globalização das bol-

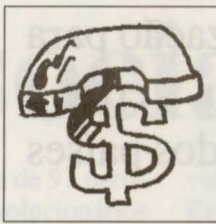
sas e a mais ampla abertura da economia às empresas multinacionais, tal processo está deixando por saldo um grau inédito de desnacionalização da produção e um estoque de endividamento externo bem mais elevado e nocivo que o verificado no início da década perdida (anos 80). Neste aspecto, a crise pode ser caracterizada como um repique da crise da dívida externa, que deixa países como o Brasil literalmente nas mãos de agiotas e especuladores, como notou o insuspeito economista tucano Roberto Macedo, em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*.

A euforia esteve ancorada na inversão do fluxo de capitais internacionais a favor dos "mercados emergentes". O dinheiro, abundante, fluía fácil para aquisições (especialmente de estatais, através das privatizações), bolsas e refinanciamento da dívida, permitindo o acúmulo de déficits na balança comercial e nas transações correntes do balanço de pagamento desses países.

A situação do Brasil é problemática: a necessidade de financiamento do balanço de pa-

gamentos (somando o rombo das transações correntes às amortizações da dívida externa, computadas na conta de capital) é estimada para este ano em cerca de 60 milhões de dólares. O capital volátil investido nas bolsas, títulos, somado aos novos empréstimos e recursos investidos nas aquisições e privatizações seriam mais que suficientes para cobrir o rombo. Pelo menos era essa a esperança do presidente e seus assessores. Mas a festa não durou muito.

As opções que se apresentam às economias dependentes, no contexto dos governos neoliberais, são amargas. Consistem de ajustes recessivos, que embora impiedosos e antipopulares, não afastam a perspectiva de crise cambial e sofrimentos ainda maiores no futuro. Pode-se aguardar o avanço do desemprego em massa, arrocho dos salários, quebradeira das empresas (especialmente pequenas e médias), queda do consumo e das vendas, redobrada ofensiva contra os direitos sociais, aumento da desigualdade e da precarização do trabalho, e consequentemente, a necessidade de mais desnacionalização e entreguismo.



O ministro Sérgio Motta alardeia que a privatização do setor de telecomunicações será a maior já realizado no mundo, envolvendo 130 bilhões de dólares. A política industrial e tecnológica ficará comprometida e a população terá prejuízos com o aumento das tarifas

Telecomunicações: poder, ganância e desinformação

Antonio Albuquerque e
Enylson Camolesi

O governo anunciou, no início do mês de novembro, o modelo de reestruturação do Sistema Telebrás (STB), que visa a implementar o seu projeto de privatização das empresas de telecomunicações. Este processo se iniciou há dois anos, com a quebra do monopólio do setor e, segundo o ministro Sérgio Motta, se estenderá até junho do próximo ano, para quando se planeja efetuar a privatização.

Motta anuncia aos quatro cantos que esta é a maior privatização em bloco já realizada no mundo: U\$ 130 bilhões. Este é o último setor das comunicações que ainda não está no segmento privado, pois TV, TV cabo, revistas, jornais, rádios..., já são controladas pela iniciativa privada. Nas concessões de Banda-B celular e na privatização da empresa estadual de Telecomunicações do Rio Grande do Sul, quem se interessou foram empresas dos Estados Unidos e da Europa, associadas a um banco, uma construtora e uma empresa brasileira que já monopoliza outras fatias do setor de comunicações.

A campanha de privatização do governo vem com um forte apelo popular. Afirma que só assim será possível toda a população brasileira ter telefone e a preços baixos, como os R\$ 80,00 já anunciados. É preciso entender que está se mudando o modelo de captação de recursos para a prestação desse serviço: em vez de auto-financiamento (R\$ 1.100,00 para a aquisição da linha, mais as ações da Telebrás, que já valem mais do que o valor inicialmente pago) e uma das tarifas telefônicas mais baixa do mundo, migramos para um sistema de tarifa de preço real.

Os aumentos tarifários sobre as telecomunicações ocorridos nos últimos três anos (mais de 2800% sobre o telefone residencial/comercial) dão uma dimensão do que estamos falando. Esse novo modelo, considerando a maturidade da Telebrás nos dias atuais, lhe dá maior capacidade de crescimento e condições de oferecer telefone não a R\$80,00 como o ministro anunciou, mas de graça. E continuar crescendo com suficiência de recursos próprios.

A Lei Geral das Telecomunicações (LGT) traz prejuízos aos municípios e à população. O artigo 81 dessa lei, joga para os orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios os custos com as obrigações das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações para com o cumprimento das metas de universalização do acesso à população aos meios de telecomunicações. É um retrocesso, pois isto sempre foi de responsabilidade da Telebrás, que sempre foi auto-suficiente em seus negócios.

Mais uma vez, vemos o país ser transformado num balcão de negócios internacionais, ajudado por alguns sócios minoritários locais. Vêm para ganhar dinheiro, para ampliar seus negócios. Querem a infra-estrutura já montada de telecomunicações. Querem os serviços lucrativos, como o de celular que é altamente rentável e de baixo investimento, de comunicação de dados, de telefonia de longa distância e os de serviços de redes corporativas para grandes grupos privados. Mesmo para o serviço celular em região de baixa densidade populacional, como a região Norte, não apareceu nenhum grupo interessado. O governo passa a falar em um leilão sem licitação para, a todo custo, fazer a concessão da exploração a algum grupo privado. Esse é um típico caso que mostra a verdadeira face da ganância especulativa. Para as regiões ricas e com alta densidade populacional, como São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro, vários grupos interna-

cionais se apresentam interessados.

O poder sobre o planeta está cada vez mais concentrado, colocando em risco a democracia. Sabemos a força que tem a mídia: de formar opinião, de eleger e destituir presidente, de impor o senso comum na opinião pública, em especial numa sociedade com escolaridade média de apenas três anos.

Neste final de século, mais de 40% do PIB mundial já está no setor de comunicações, embora 2/3 da população mundial nunca tenham realizado uma ligação telefônica e mais de 50% dessa mesma população esteja a pelo menos um dia de caminhada do acesso telefônico mais próximo.

A política industrial e tecnológica do setor ficará comprometida se esse modelo privatizante for implementado. Temos de considerar que toda grande operadora de telecomunicações internacional tem seu próprio fornecedor de equipamento e de toda tecnologia preferencial. Tecnologia nacional e fornecimento de equipamentos do país terá espaço muito reduzido neste modelo, fazendo do Brasil um exportador de empregos no setor.

O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás, o CPqD, único centro de pesquisas em telecomunicações na América Latina, ficará com seu futuro ameaçado, se ressentirá de parceiros industriais e perderá sua fonte de recursos destinados às pesquisas, oriunda de 1% do faturamento do STB.

Também o fabuloso lucro do

STB aumenta a ganância de grandes grupos econômicos. Este ano, o STB deverá ter um lucro líquido superior a R\$ 4,5 bilhões, muito superior a qualquer outra empresa privada ou estatal. Em 1996, a Eletrobrás lucrou R\$ 2,4 bilhões, a Petrobrás R\$ 670 milhões e a Vale do Rio Doce R\$ 632 milhões. Está investindo R\$ 7,5 bilhões. E tudo isto sem retirar um centavo do Tesouro. A Telebrás é auto-suficiente em recursos desde a sua criação em 1972 e sempre colaborou com parte de seus fabulosos faturamentos para o equilíbrio das contas do governo. Só este ano, estão sendo desviados R\$ 1,5 bilhões, além de pagar o maior imposto do mundo sobre o setor: 35%.

Sem sonegação, sem caixa dois a Telebrás sustenta a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), sendo responsável por mais de 50% da sua movimentação diária.

A Telebrás, até o fim deste ano, contará com 22 milhões de terminais telefônicos em funcionamento. A quinta maior operadora do mundo, a estatal France Telecom, possui 28 milhões de terminais. Em número de celulares já temos o mesmo número da França. Em 1996, o Brasil foi o quarto do mundo em ativação de terminais, superado apenas pela China, EUA e Alemanha. O número de acesso móveis celulares em serviço no STB no período 95-98 crescerá à taxa de 85% ao ano, devendo alcançar 6,4 milhões de acessos em dezembro de 1998. Falar do STB é falar de um gigante que cresce acima de qualquer

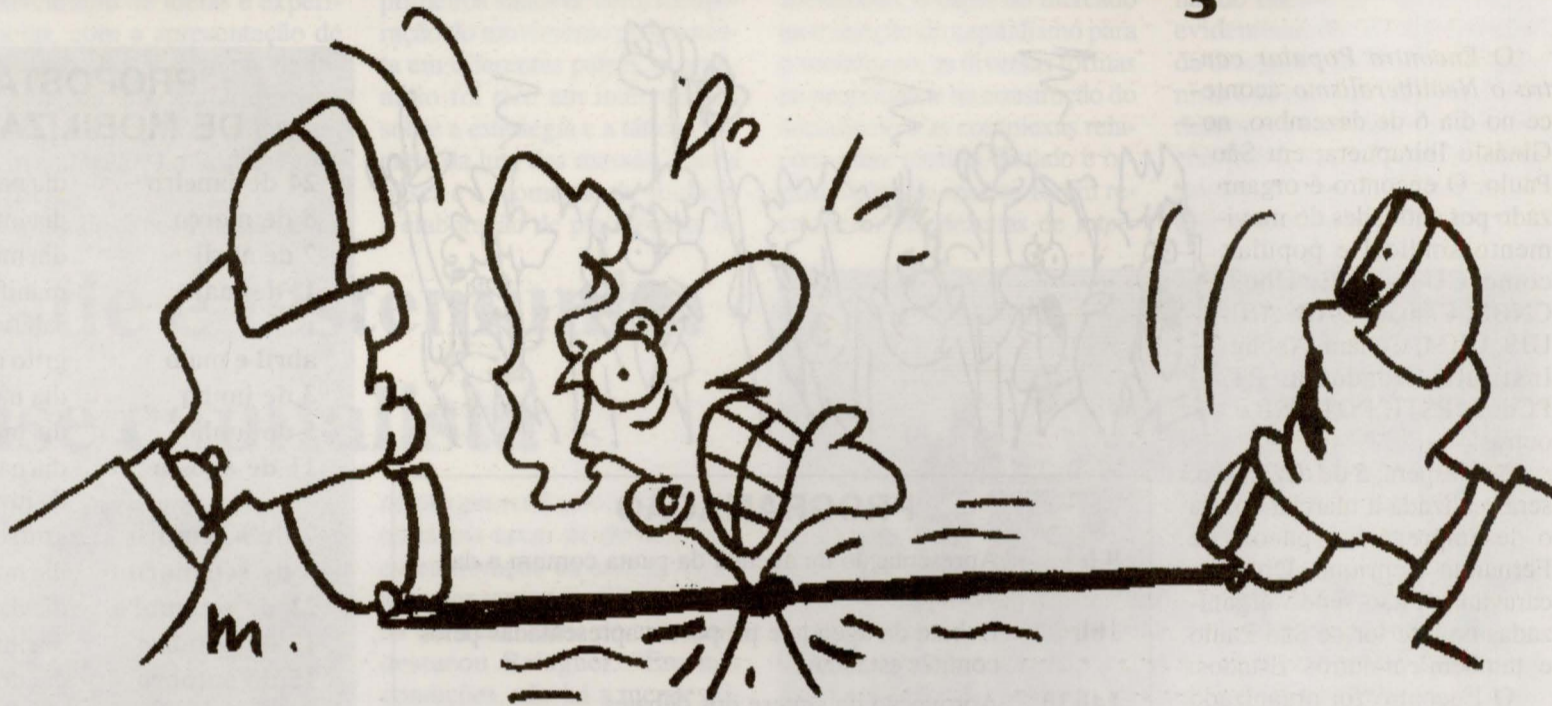
outras taxas de crescimento do país e, até mesmo, do mundo.

Os trabalhadores em telecomunicações tem outra proposta para o setor: transformar o STB na Brasil Telecom, a Operadora Nacional, uma empresa de faturamento de U\$ 20 bilhões, com um potencial de crescimento gigantesco e capaz de fazer uma inserção soberana do Brasil no mercado internacional. Com capacidade de competição, vantagem de escala, possibilidade de parcerias e agressividade mercadológica nacional e internacional.

Esse caminho já foi adotado pelas grandes potências: a Alemanha tem a *Deutsche Telekom*, a Inglaterra tem a *British Telecom*, a Itália tem a *Itália Telecom*, a França tem a *France Telecom*.

Seguir os caminhos do governo e retalhar o STB em cerca de 30 empresas para doá-las à grandes operadoras globais de telecomunicações é um crime e vai na contramão da história. O Brasil tem uma empresa com recursos humanos altamente qualificados, uma planta instalada, tecnologicamente atualizada, e financeiramente muito forte. Não construir a Brasil Telecom é perder a locomotiva para o resgate da cidadania do país e dar provas de nossa insanidade quanto a capacidade de inserção do país no bloco dos socialmente mais justos.

*presidente e diretor de imprensa, respectivamente, do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa Ciência e Tecnologia





Voto do PCdoB contra a CPMF

A Bancada do PCdoB vem declarar o seu voto contrário ao Projeto de Lei n.º 3.553, de 1997, que prorroga por mais 12 meses a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF. Fazemos isso com a certeza do dever cumprido e a consciência de aqui representar os interesses maiores da população brasileira.

Em 1996, com a iminência do caos na Saúde Pública e o desmantelamento do Sistema Único de Saúde - SUS-, o Partido Comunista do Brasil, mesmo cômico da precariedade da solução, teve a responsabilidade política e social de votar a favor da Emenda à Constituição que criou a CPMF. Era uma solução transitória, dada uma situação de desastre a que foi levado o setor pela política neoliberal do governo FHC. Este recurso extra, vinculado estritamente à manutenção das ações e serviços de saúde, evidentemente, não podia substituir outras fontes de financiamento oriundas do Tesouro, nem podia ser desviado daquelas finalidades precípuas.

Mas a realidade da execução orçamentária durante a vigência da CPMF foi muito diferente daquilo com que o governo, em especial o Ministro da Saúde à época, Dr. Adib Jatene, tinha aqui se comprometido. Durante este ano os recursos da CPMF foram não só desviados para pagamentos de encargos financeiros de responsabilidade da União, como vieram apenas a substituir recursos oriundos da Cofins e outros recursos ordinários do Tesouro, que deixaram



de ser destinados ou simplesmente permanecerem congelados na Conta Única junto ao Banco Central.

Até 31 de outubro, da arrecadação de R\$ 5.272.388.279,11 da CPMF, o FEF reteve liquidamente R\$ 322.266.238,56. Neste período o governo reteve das fontes constitucionais da seguridade (a Cofins e a CSLL) valor equivalente ao arrecadado pelo CPMF. Além disto, da arrecadação citada foram destinados R\$ 909.117.570,66 para o pagamento das dívidas da União para com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Com isto, resultou que a existência da CPMF não acarretou nenhum aumento nos recursos para a Saúde.

Agora o governo pressiona e chantageia o Congresso para

aprovar a prorrogação da CPMF, com o argumento das sérias dificuldades causadas pela crise cambial e das Bolsas.

O governo, traíndo a confiança da população em geral, dos trabalhadores do setor e dos secretários estaduais e municipais de Saúde, utilizou o acréscimo da tributação da CPMF para atender aos interesses políticos de manutenção de uma política econômica inconsistente, que privilegia os interesses financeiros em detrimento da produção, do cresci-

mento e da melhora da distribuição de renda.

Esta realidade desnudou a desfaçatez, o descaramento e a irresponsabilidade do governo federal diante de um assunto diretamente ligado à vida e à saúde do povo brasileiro, configurando uma traição ao Parlamento e à sociedade brasileira.

Sob o manto da mentira propagandística do "Ano da Saúde", reteve recursos, desviou verbas, esterilizou a emergencial CPMF e colocou a Saúde Pública num processo de retro-

cesso, tendo em vista acabar com o SUS e privatizar boa parte dos serviços.

O Partido Comunista do Brasil não considera a vida uma mercadoria a ser exposta nas prateleiras das forças de mercado. Vida não é negócio, saúde não é mercadoria!

Não aceitamos chantagem nem pressões de um governo que, os fatos o demonstram, não se dá ao respeito. Em outras palavras, pratica o roubo do dinheiro da Saúde e pretende jogar a responsabilidade sobre o Congresso Nacional, sonhando à sociedade, como de praxe, a verdade.

Neste momento, a prorrogação da CPMF servirá apenas para ajudar a financiar a política econômica aventureira que leva o Brasil para o desastre. Não pode o governo contar com o nosso voto para isto.

O Partido Comunista do Brasil não compactua com a desfaçatez governamental, com o desvio permanente dos recursos da saúde e o absoluto descaso social. Por isso vota conscientemente contra a prorrogação da Contribuição Provisória da Movimentação Financeira - CPMF e lutará, com todas as suas forças, em defesa do Sistema Único de Saúde e de um financiamento justo, permanente e vinculado constitucionalmente para a Saúde Pública.

Veja condenada por danos morais

Na última semana de novembro, a revista *Veja* pagou a indenização a que foi condenada por ter causado prejuízos morais ao membro do Comitê Central do PCdoB, Luciano Siqueira. "Uma vitória parcial, porque o verdadeiro acerto de contas só ocorrerá com a revolução socialista", afirmou Luciano, ao ser informado que a Editora Abril havia pago a indenização - o julgamento ocorreu em 11 de março.

5 anos no Tribunal

Em sua edição de 20 de maio de 1992, *Veja* publicou reportagem de Expedito Filho, intitulada *Anatomia da sombra*, em que afirmava que Luciano Siqueira teria sido informante dos órgãos de repressão política. Na época, o Comitê Central do PCdoB, vários amigos e camaradas de Luciano enviaram cartas à revista negando veracidade à matéria; foram também elaborados manifestos assinados por lideranças populares, intelectuais, artistas e personalidades, inclusive o atual governador, Miguel Arraes, e pelo ex-prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos; foram aprovados "votos de solidariedade" por Câmaras Municipais de muitas cidades pernambucanas



Luciano: "Vitória parcial"

e de outros Estados; foi realizado ato de desagravo na Assembléia Legislativa de Pernambuco; o então deputado federal Renildo Calheiros fez discurso na Câmara, desmentindo o artigo, mas nada foi registrado por *Veja*. Luciano moveu processo civil contra a revista. Apresentou também queixa-crime contra o ex-sargento Marival Chaves Canto, que citou Luciano como denunciante, e processou o repórter Expedito Filho. Mas estes dois últimos processos foram arquivados, a despeito dos sucessivos recursos impetrados pelos advogados Luís Eduardo Greehngalgh e Atoni Fôl Filho -nas audiências em Recife atuou o

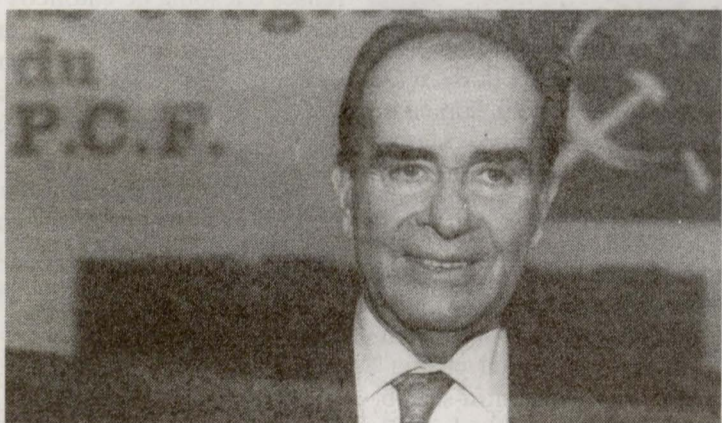
advogado Marcelo Santa Cruz, do Movimento Tortura Nunca Mais.

Passaram-se 5 anos até a sentença final do processo contra *Veja* - os processos criminais foram arquivados. A sentença, aprovada por unanimidade, condena "a ocorrência de atitude injuriosa, ou difamatória, por parte da revista, ao permitir a publicação de reportagem sobre pessoa viva, a partir de depoimento unilateral de outra, também viva, envolvida nos mesmos fatos."

Doação ao PCdoB

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo considerou que as "expressões usadas não foram cordiais, nem isentas de paixão". *Veja* referia-se a Luciano como "delator de companheiros". A Editora Abril foi condenada a indenizar Luciano Siqueira em 200 salários mínimos, finalmente pagos em novembro.

"Destinei o dinheiro ao PCdoB, porque sempre considere que o ataque de *Veja* não era apenas a mim, mas ao nosso Partido. Infelizmente, a revista não foi condenada a publicar uma retratação ou mesmo o resultado desse julgamento", afirmou Luciano.



Marchais, principal dirigente do PCF de 1972 a 1994

Morre dirigente do PCF

O ex-secretário-geral do Partido Comunista Francês, Georges Marchais, morreu no dia 16 de novembro, vítima de problemas cardíacos. Ele foi secretário-geral entre 1972 e 1994. O atual secretário-geral, Robert Hue, afirmou que "o Partido está de luto".

Mensagem do PCdoB

O presidente do PCdoB, João Amazonas, enviou a seguinte mensagem ao Partido

Comunista Francês:

"Em nome dos comunistas brasileiros, manifestamos profundo pesar pelo falecimento do camarada Georges Marchais.

Durante muitos anos, o camarada Georges Marchais esteve à frente do Partido Comunista Francês na luta pela democracia, a paz e o socialismo. Seu falecimento abre grande lacuna no movimento comunista, democrático e anti-imperialista na Europa e em todo o mundo."



O socialismo para o século XXI

Com a presença de 97 partidos comunistas, revolucionários e progressistas de todos os continentes, de intelectuais, acadêmicos, estudiosos marxistas, membros de centros de estudos, universidades e instituições cubanas de teoria política, realizou-se em Havana nos dias 21, 22 e 23 de outubro o seminário *Socialismo para o Século XXI*, promovido pela Escola Nico Lopez e pelo Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista Cubano. O evento foi uma das atividades de maior projeção internacional no marco das comemorações do 30º aniversário da queda em combate de Ernesto Che Gue-

vara. O Partido Comunista do Brasil foi representado pelo secretário de Relações Internacionais do Comitê Central, José Reinaldo Carvalho.

Estruturado em três comissões temáticas *Realidades do Socialismo Contemporâneo*, *Vigência do Pensamento Marxista-Leninista* e *O Imperialismo no Final do Milênio*, o seminário proporcionou um rico intercâmbio de idéias e experiências, com a apresentação de 113 trabalhos e dezenas de intervenções, constituindo um espaço para reflexão e debate, num ambiente pluralista e democrático.

Partindo da necessidade de dar

respostas teóricas e práticas aos novos e complexos problemas da luta de classes e do movimento revolucionário contemporâneo, o seminário afirmou o socialismo como a única alternativa para abrir caminho ao progresso da humanidade. Ao mesmo tempo, reafirmou-se a atualidade do pensamento marxista-leninista.

Refletindo uma realidade em que começam a se manifestar os primeiros sinais de certa recuperação do movimento progressista em diferentes países, o seminário foi rico em intervenções sobre a estratégia e a tática concreta da luta das massas, com a busca e a promoção da unidade, a elaboração de plataformas de

luta concretas, e a concertação de alianças políticas, num esforço para isolar o inimigo comum - o neoliberalismo.

Temas candentes como a luta pela democracia e pela independência nacional nos marcos da luta geral pelo socialismo, o papel do patriotismo e do nacionalismo revolucionário como elementos constitutivos do fator subjetivo, o papel do indivíduo no socialismo, o papel do mercado na transição do capitalismo para o socialismo, as diversas formas de propriedade na construção do socialismo e as complexas relações entre partido, Estado e organizações de massas foram recorrentes em dezenas de inter-

venções, enriquecendo o acervo de opiniões críticas do movimento revolucionário referenciadas na avaliação dos primeiros ensaios de construção do socialismo no século XX.

O Seminário foi bastante enriquecido na abordagem da experiência concreta atual de construção do socialismo pela apresentação de trabalhos das delegações da China, do Vietnã, do Laos e da Coreia, além, evidentemente, da intervenção da delegação do Partido Comunista Cubano e de cerca de duas dezenas de trabalhos e intervenções de representantes de instituições e centros de estudos e teoria política de Cuba.

Humanidade é testemunha da crise capitalista

“É necessário projetar uma imagem nova, fresca, do socialismo, baseada num desenho de sociedade plena de justiça e liberdade, que atendendo as particularidades de cada caso, apresente uma adequada correlação entre o plano e o mercado, igualdade e eficácia, centralismo e democracia, que implique uma verdadeira relação de proprietários nos trabalhadores com respeito aos meios de produção, que respeite e leve em conta as diferenças, que preserve o meio ambiente e seja a genuína expressão da vontade popular”. Assim sintetizou sua visão sobre o socialismo na atualidade, José Ramon Balaguer Cabrera, membro do Birô Político do CC do PC Cubano, responsável pelas Relações Internacionais.

O dirigente cubano afirmou que a humanidade “é testemunha de uma situação de crise do sistema capitalista que se ex-



José Ramon Balaguer Cabrera

pressa tanto numa tendência a longo prazo de baixos ritmos de crescimento da atividade econômica, como num marcado movimento cíclico que incluiu profundas quedas em meados da década de setenta e nos anos oitenta e noventa”. “A escassez de investimento, o endividamento generalizado, as já insustentáveis taxas de desemprego e deterioração da taxa de lucro são apenas alguns dos sintomas da delicada saúde do sistema”, destacou Balaguer. “Em tais condições, não há a menor dúvida de que o mundo tem dois caminhos: ou a continuidade da barbárie capitalista ou a busca de alternativas a esse estágio. Para nós, cubanos, como para milhões de seres humanos, a alternativa continua sendo o socialismo”.

O dirigente cubano afirmou ainda que “a queda do socialismo no Leste europeu e na URSS não implicou a nulidade do marxismo-leninismo como guia para a ação. Significou o desmoronamento de um tipo de marxismo dogmático, que nesses países alcançou força de teoria oficial, enterrando muitos princípios centrais de nossos clássicos”.

O dirigente cubano afirmou ainda que “a queda do socialismo no Leste europeu e na URSS não implicou a nulidade do marxismo-leninismo como guia para a ação. Significou o desmoronamento de um tipo de marxismo dogmático, que nesses países alcançou força de teoria oficial, enterrando muitos princípios centrais de nossos clássicos”.

Política ampla e flexível

O representante do Partido Comunista do Brasil, José Reinaldo Carvalho, expôs no Seminário *Socialismo para o Século XXI* as principais resoluções do 9º Congresso do PCdoB e discorreu sobre algumas teses centrais do Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil. Segundo Reinaldo, “na luta ideológica e política dos comunistas brasileiros, tendo em conta a experiência histórica da construção do socialismo e a nossa própria experiência na luta pela emancipação nacional e social do povo brasileiro, é importante combater o dogmatismo no plano ideológico e o ‘ultraesquerdismo’ no político”.

Em sua intervenção, o Secretário de Relações Internacionais do PCdoB, afirmou,

entre outras coisas: “A história comprovou que constituiu um grave erro supor que o socialismo podia construir-se segundo esquemas apriorísticos ou modelos teóricos alheios à realidade nacional. Ficou demonstrado que o modelo único de socialismo é falso e anti-científico. Também constituiu grave erro pensar que o socialismo poderia ser construído através de linha reta ou por caminhos fáceis. Nosso Partido tomou como tarefa prioritária a elaboração de um programa de luta pelo socialismo, tendo presente as peculiaridades nacionais”.

O representante do PCdoB expôs a visão dos comunistas brasileiros de que a conquista do socialismo é um caminho de árdua disputa com as classes dominantes retrógradas, cami-

nho que exige a realização de inúmeras batalhas com ampla participação popular. Os combatentes pelo socialismo têm que atuar no curso dos acontecimentos cotidianos e participar dos grandes e pequenos embates de caráter político, econômico, social, cultural etc. A intervenção do dirigente do PCdoB evidenciou também que a luta pelo socialismo exige a fixação de grandes objetivos, no caso atual de nosso país a defesa da soberania nacional, a luta pela ampliação e aprofundamento da democracia e o combate pelas reivindicações de caráter social, objetivos para cuja concretização é indispensável praticar uma ampla e flexível política de alianças, capaz de forjar uma poderosa unidade nacional e popular.



Deputado Nivaldo Santana presta solidariedade ao povo do Timor Leste

Sessão solene pela independência do Timor

Assembleia Legislativa de São Paulo, por iniciativa dos deputados Ruy Falcão (PT) e Nivaldo Santana (PCdoB), realizou sessão solene em homenagem ao povo do Timor Leste. A sessão contou com a presença de diversas personalidades e entidades.

O Timor Leste fica numa pequena ilha no mar do Timor, na Oceania, entre Austrália e a Indonésia. Sua capital chama-se Dali. O país encontra-se sob o domínio da Indonésia desde 7 de dezembro de 1975, quando foi invadido. A Indonésia é governada por uma ditadura e já massacrou mais de um milhão de indonésios.

Desde os primeiros instantes da invasão o povo timorense entrou em luta pela defesa de seu território e de sua liberdade. Nessa luta, já morreram mais de 200 mil timorenses. Os militares indonésios matam a população civil do Timor da mesma forma que massacram o seu próprio povo.

O povo do Timor não quer ser anexado pela Indonésia. Entre os motivos da resistência estão as diferenças culturais e religiosas. A maioria dos timo-

renses é a soma de católicos e adeptos de cultos próprios, enquanto os indonésios são islâmicos. Além disso, falam línguas diferentes. Os timorenses falam português.

A Fretilin (Frente de Libertação do Timor Leste) comanda a resistência no país. Recentemente, dois timorenses ganharam o Prêmio Nobel da Paz: o professor José Ramos Horta e o bispo Carlos Ximenes Belo. O prêmio é um reconhecimento do mundo ao esforço pelo restabelecimento da paz e da dignidade ao povo timorense.

A ONU já considerou ilegítima a ocupação do Timor. Também a diplomacia portuguesa tem lutado para impor sanções internacionais à Indonésia. Mas o governo brasileiro pouco tem feito pela autodeterminação do Timor.

A sessão solene da Assembleia Legislativa de São Paulo contribui para a campanha pela independência do Timor. Outras atividades estão sendo realizadas pelo Brasil afora e uma campanha de boicote aos produtos made in Indonésia também está sendo divulgada.



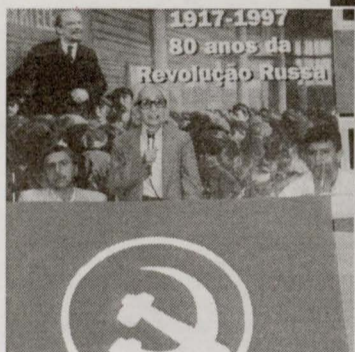
Atos em todo o mundo registraram os 80 anos da Revolução Russa. Em Moscou e outros locais da ex-União Soviética foram realizadas manifestações contra Yeltsin, que atacou a revolução. Em São Paulo, João Amazonas ressaltou a importância e o exemplo de Outubro de 1917

Ideais da revolução são atuais

Atos, comemorações e palestras ocorreram em todo o mundo, registrando os 80 anos da Revolução Russa. Em Moscou, mais de 10 mil russos realizaram manifestação pela renúncia do presidente Boris Ieltsin e comemorando o aniversário da revolução socialista. Ieltsin fez um pronunciamento na TV pregando a "reconciliação" entre comunistas e capitalistas no país, e considerando a revolução um "erro histórico fatal."

Na manifestação, o líder do Partido Comunista, Gennady Ziuganov, respondeu: "Os apelos à paz e à reconciliação são inúteis. Milhões de desempregados e de refugiados não podem aceitar uma paz nestas condições". Ocorreram atos também em São Petersburgo (antiga Leningrado).

No Brasil, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro realizou ato, onde foram saudados revolucionários brasileiros, como João Amazonas, Elza Monnerat, Carlos Danieli, Rogério Lustosa, Maurício Graboys, Oscar Niemeyer, Gregório Bezerra, Daniel Aarão Reis, dentre outros. O ato foi iniciativa dos deputados Edmilson Valentin



Amazonas no ato no Sindicato dos Hoteleiros: "Revolução teve significado mundial"

(PCdoB), Heloneida Studart e Marcelo Dias (PT). Em São Paulo, o presidente do PCdoB, João Amazonas, realizou palestra no Sindicato dos Hoteleiros, onde afirmou:

"Em 1917, pela primeira vez o povo, os trabalhadores, se levantaram e destruíram o sistema feudal-burguês, extremamente reacionário, que dominava a Rússia. Dirigida por Lênin e o Partido Bolchevique, a revolução teve um significado mundial. Em todos os países do mundo foram organizados partidos comunistas, partidos da revolução. Partidos que surgiram erguendo a bandeira da justiça social, da liberdade,



Guilomar Prates



Jovens na manifestação em Moscou

querendo destruir o velho sistema da exploração do homem pelo homem.

"A revolução também teve

influência enorme em todos os movimentos de libertação nacional, que foram crescendo e, após a II Guerra, praticamente

liquidaram com o velho sistema colonial implantado pelo imperialismo.

Saudando a Revolução de 17 não saudamos unicamente o acontecimento memorável, a grande jornada russa, mas também seu resultado como força libertadora que traz até nossos dias os ideais de justiça social. Comemoramos a Revolução de 17 pela sua atualidade. As idéias que ela representava não morreram.

Hoje, quando observamos o regime capitalista, quando assistimos a essa degradação que existe na sociedade, vemos que as bandeiras de 1917 continuam atuais, são bandeiras de hoje. A derrota que a revolução sofreu não foi imposta pelo capitalismo - que tentou de forma brutal esmagá-la. A derrota se deveu à inexperiência, falta de saber enfrentar os problemas novos que surgiram.

Estamos vivendo uma época conturbada, difícil. Mas ao mesmo tempo, vivemos também uma época revolucionária. Nós somos o futuro! A humanidade acabará com toda a opressão e construirá o socialismo."

Socialismo: uma causa com futuro

O comunismo responde ao sonho antigo de um mundo de homens livres, trabalhando solidariamente para uma sociedade de justiça e bem estar, liberta dos grandes flagelos que marcaram o percurso da história humana: a fome, a guerra, a exploração e a opressão.

Marx e Engels abriram o caminho para transformar esse sonho num projeto baseado na realidade social, na análise do processo histórico e na crítica do capitalismo, apontando as condições para a construção duma nova forma de organização da sociedade: o socialismo.

Com a Revolução de Outubro, levada a cabo pelos comunistas russos sob a direção de Lênin, pela primeira vez na História o socialismo tornou-se um empreendimento concreto. Os oprimidos e explorados tomaram nas mãos o seu destino, erguendo a bandeira vermelha dos trabalhadores.

As forças da revolução

Foi a grandiosa movimentação das massas populares, — operários, camponeses, soldados — que permitiu a queda do despotismo czarista e do seu

aparelho repressivo.

Foi a entusiástica participação da classe operária e das massas trabalhadoras o que deu suporte e conteúdo às transformações revolucionárias.

Foi a heróica luta dos trabalhadores e do povo em geral que garantiu a defesa da revolução quando as forças reacionárias da Rússia e as intervenções imperialistas tentaram sufocá-la, com mais de oito anos de guerra civil e invasões.

Foi também a entusiástica participação das massas populares e dos trabalhadores que permitiu a rápida reconstrução do país após a guerra civil e desencadeou o gigantesco esforço de industrialização que, em menos de quinze anos, transformou a velha Rússia atrasada do czarismo na dinâmica União Soviética que foi capaz em poucos anos de ser tornar uma sólida potência econômica.

E foi, ainda, a empenhada adesão dos povos soviéticos ao regime e ao Estado criados pela Revolução de Outubro que tornou possível, a custo de imensos sacrifícios, a vitória da coligação antifascista e a derrota do

nazi-fascismo e dos monstruosos projetos de regressão civilizacional que ele tentou implantar no nosso século.

Uma reflexão necessária

A construção do socialismo revelou-se mais difícil e complexa do que esperavam os comunistas. Retirar as lições desse fracasso é necessário, não só para salvaguarda do grande patrimônio positivo deixado por essas experiências, como para delas tirar as devidas correções aos projetos, concepções, propostas e atuações dos que querem prosseguir e concretizar a luta pelo socialismo.

Questões como as que se referem à essência do Poder, do Estado e da Democracia; à real intervenção dos trabalhadores e do povo na vida política e na gestão econômica; às formas e ritmos de apropriação e gestão social dos grandes meios de produção e distribuição dos bens; ao papel do mercado; à generalização, assimilação e fruição da cultura, da informação e do progresso científico e técnico; às condições e processos de formação da consciência social; ao aprofundamento da teoria; e

também quanto ao papel, funcionamento, democracia interna, controle do exercício do poder e formas de atuação dos partidos no processo da construção do socialismo — tornam necessária uma reflexão atualizada, tanto para a recuperação do movimento comunista como para o patrimônio de cada partido comunista.

Mas fazer a análise e crítica das causas que levaram, nos anos 80, à derrota da primeira experiência histórica de construção do socialismo não é ceder às pressões dos inimigos do socialismo que procuram denegrir, caluniar, destruir, tudo o que em nome do socialismo se fez e faz.

Enfrentar a regressão ao capitalismo

Com a perda da URSS foi quebrada uma correlação de forças que mantinha em contenção as forças mais agressivas e as formas mais brutais do capitalismo e do imperialismo. Desembaraçado da alternativa representada pelo campo socialista, o capitalismo desencadeou à escala mundial uma violenta ofensiva para fazer voltar atrás a marcha da História. Intensifi-

ca a exploração dos trabalhadores e a espoliação dos povos. Proclama e impõe as suas leis como horizonte inultrapassável não só da vida econômica como no conjunto da atividade humana. Reforça o seu caráter agressivo e de domínio pela força. Nos próprios países capitalistas mais desenvolvidos os modelos econômicos e sociais são reestruturados em profundidade em detrimento dos trabalhadores, aumenta o desemprego, são desarticuladas as estruturas de controle da economia pelo poder político e de proteção social dos trabalhadores, conquistadas no decorrer do século com a luta e, em larga medida, pela pressão do confronto com as reais aquisições do socialismo em construção.

No limiar do século XXI o empreendimento da superação revolucionária do capitalismo, iniciado no plano mundial pela Revolução Russa de Outubro de 1917, mantém-se como questão central da nossa época.

Trechos do comunicado da Comissão Política do Comité Central do PC de Portugal



Publicamos as intervenções especiais realizadas no 9º Congresso do PCdoB. Liège Rocha fala sobre a realidade das mulheres; José Reinaldo Carvalho sobre as relações internacionais; Haroldo Lima sobre as privatizações e Aldo Rebelo sobre os desafios do socialismo

A realidade da mulher e o PCdoB

A presidente da UBM (União Brasileira de Mulheres), Liège Rocha, fez a intervenção especial sobre a realidade da mulher brasileira e o PCdoB. Segundo ela, mudanças significativas ocorreram na vida da metade feminina do planeta nas últimas décadas. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 97, publicado pelas Nações Unidas, mostra que "nenhuma sociedade trata suas mulheres tão bem quanto trata seus homens".

No Brasil, as mulheres são consideradas "minorias" apesar de serem 51% da população. A inserção das mulheres no mercado de trabalho é uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas desde os anos 70. Chegamos ao mercado de trabalho impulsionadas, num primeiro momento, pela necessidade de complementar a renda familiar. Outros fatores contribuíram para uma maior presença das brasileiras na esfera da produção, como o aumento da escolaridade das mulheres, a atuação do movimento feminista que com sua luta conquistou direitos e espaços na vida pública e a queda da taxa de fecundidade, que hoje é de 2,3 filhos por mulher, o que significa uma considerável diminuição em relação a 1980, quando a taxa era

de 4,5 filhos por mulher.

A maior concentração do trabalho feminino está no setor terciário, principalmente na área de serviços. Em 1980 o salário feminino correspondia a apenas 50% do salário pago aos homens. No Brasil de hoje, as mulheres detêm apenas 29% da renda nacional e chegam ¼ (um quarto) das famílias brasileiras. As mulheres concentram-se nos cargos menos valorizados, não galgando postos de chefia e de poder.

A participação política vem se ampliando nestas últimas décadas. Hoje, no Senado, dos 81 senadores, 6 são mulheres, e na Câmara dos Deputados são 34 deputadas para 513 deputados. Lançamos mão das políticas afirmativas, como é o caso das cotas. A lei 9.100/95 garantiu 20% de mulheres nas chapas proporcionais dos partidos políticos. Na última eleição houve um aumento de 8 para 11,7% no número de vereadoras no país, tendo o Nordeste o maior crescimento. A CUT, por exemplo, vem garantindo a participação de no mínimo 30% de mulheres nos cargos de direção da entidade.

As conquistas estão ameaçadas pela política neoliberal. As redes de creches, as delegacias

de defesa da mulher passam por momentos difíceis e é visível o esvaziamento dos conselhos da condição feminina. Os direitos sociais estão ameaçados, quem fazer com que os 120 dias de licença maternidade não contem como tempo para a aposentadoria. A violência contra a mulher está presente no nosso cotidiano, nos lares, nas ruas e no ambiente de trabalho, com o assédio sexual.

O Ministério da Saúde estima o alarmante número de 270 mortes maternas para 100 mil nascidos vivos, índices semelhantes aos do Haiti. Em São Paulo, a AIDS já é a principal causa de morte de mulheres entre 15 e 49 anos.

A UBM conquistou visibilidade e respeitabilidade no movimento feminista nacional, mas o enraizamento da corrente emancipacionista ainda é débil, são poucas as companheiras que assumem a questão da mulher e estão envolvidas diretamente com este trabalho. No entanto, vale ressaltar experiência interessante desenvolvida no movimento sindical em Salvador (BA) e no Rio de Janeiro

A concepção emancipacionista não se prende apenas à luta pela conquista da igualdade de direitos políticos e sociais entre



Liège Rocha

homens e mulheres, mas está ligada com a luta revolucionária para que se elimine a exploração do homem pelo homem e também a opressão de gênero.

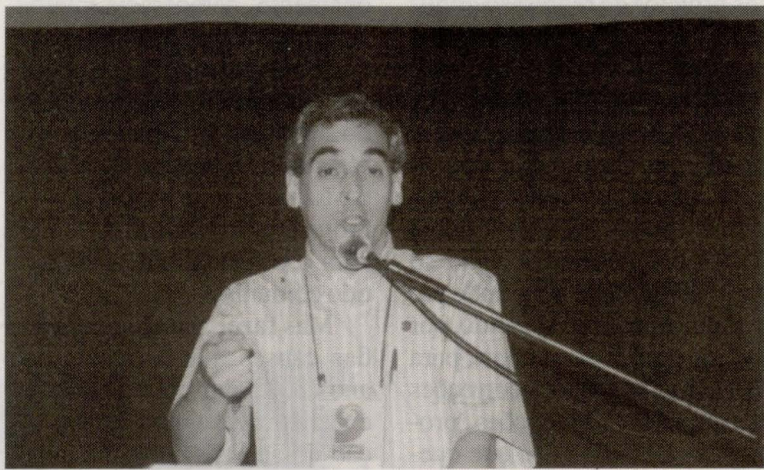
É fundamental dar consequência prática à nossa concepção, ampliando o debate no plano ideológico e incorporando a ques-

tão de gênero no partido, seja nos seminários, cursos e atividades, assim como modificando as relações de gênero no seio dos comunistas. É necessário também desencadear um processo de formação das comunistas, incentivando sua participação nas instâncias de decisão.

Novo marco nas relações internacionais

O secretário de relações internacionais, José Reinaldo Carvalho, apresentou informe especial destacando que, após o 8º Congresso, "nosso Partido soube promover, de acordo com as orientações emanadas do oitavo Congresso, importantes mudanças em sua linha de conduta e em suas tarefas internacionais. Saímos de um marco estreito de relacionamento, muitas vezes condicionado pelo sectarismo, por preconceitos, esquemas abstratos e visões apriorísticas, e adotamos uma postura mais aberta, mais flexível e mais audaciosa. Hoje o Partido Comunista do Brasil cultiva e desenvolve relações de amizade e cooperação com mais de uma centena de partidos e organizações comunistas, revolucionários e progressistas em todo o mundo."

Em sua opinião "não são poucos os partidos comunistas que elaboram linhas programáticas e percorrem caminhos táticos e estratégicos consoantes às realidades nacionais, experimentam métodos mais adequados visando a aproximar-se das amplas



José Reinaldo Carvalho

massas trabalhadoras e populares, forjar uma consciência política e social avançada, participar das lutas em posição destacada e inserir-se no curso dos acontecimentos a fim de encontrar alternativas viáveis à encruzilhada que vive hoje a humanidade."

Para José Reinaldo, os comunistas devem considerar como seus "os êxitos do Partido Comunista de Cuba, do Partido Comunista da China, do Partido Comunista do Vietnã, do Partido do Trabalho da Coreia e do Partido Revolucionário do

Povo Laosiano, na resistência ao imperialismo e no esforço para construir o socialismo". Ele destacou que o PCdoB desenvolveu "inúmeras ações de solidariedade e, na medida das nossas possibilidades, procuramos divulgar material propagandístico sobre as ricas experiências em curso naqueles países. Particularmente intenso foi o trabalho de solidariedade a Cuba, símbolo da resistência e da luta dos povos latino-americanos. Em relação à China e ao Vietnã, acompanhamos com vivo interesse e difundimos os progres-

sos no terreno econômico resultantes das inovadoras políticas ali adotadas. Hipotecamos solidariedade à Coreia, alvo do ataque do regime sul-coreano e do imperialismo norte-americano. Ao nos irmarmos com os partidos comunistas que exercem o poder e apoiarmos, sem reservas, as experiências de construção do socialismo em seus respectivos países, nós não os consideramos, entretanto, modelos perfeitos e acabados da nova sociedade."

O secretário de relações internacionais do Partido chamou a atenção para o significado especial que tem nos dias de hoje o Fórum de São Paulo: "Principal articulação de partidos de esquerda da América Latina e do Caribe, o Fórum de São Paulo, que já realizou 7 encontros desde 1990 quando foi criado, tornou-se um espaço de intercâmbio e colaboração da esquerda latino-americana. Desde o primeiro encontro, o Fórum de São Paulo tem promovido soluções de caráter antiimperialista, em favor da unidade e integração dos povos latino-

americanos, em solidariedade a Cuba e aos movimentos democráticos e libertadores em todo o subcontinente. A sua importância realça-se ainda mais no momento atual em que na América Latina, alvo da intensa ofensiva neoliberal capitaneada pelo imperialismo norte-americano, cresce a resistência e a luta dos povos pela democracia, pela afirmação da soberania nacional e pelos direitos sociais dos trabalhadores."

Finalizando, José Reinaldo afirmou que "o internacionalismo do Partido Comunista do Brasil é o combate sem tréguas ao imperialismo e sua política neoliberal, é a luta intransigente pela afirmação da soberania e da independência do nosso país e de todos os países dominados. É a consciência de que a conquista do socialismo é inseparável do combate decidido por uma pátria livre e independente. Por isso proclamamos que na situação atual o internacionalismo da soberania nacional de todos os países subordinados pela hegemonia imperialista."

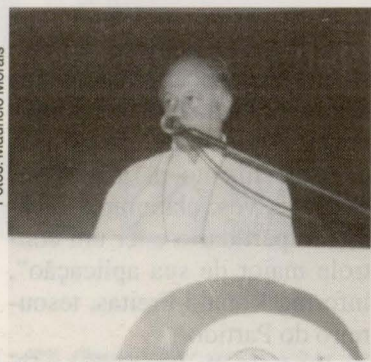


Sobre as privatizações no Brasil

O deputado federal Haroldo Lima apresentou informe ao 9º Congresso analisando a política de privatizações que vem sendo aplicada no país em sucessivos governos, desde a ditadura. Para Haroldo, “o modelo de desenvolvimento sob a iniciativa estatal, exercido no Brasil durante décadas, foi a resposta dada pelo Estado brasileiro aos desafios do desenvolvimento, num quadro em que o capital privado nacional era débil para enfrentar os problemas postos e o capital estrangeiro não tinha interesse em investir. Esse tipo de política econômica promoveu a industrialização do país.”

O deputado baiano citou “a existência no país, na década de 70, de 582 estatais. As dificuldades que o Estado passou a enfrentar na passagem da década de 70 para a de 80 formaram a base objetiva da aceitação rápida pelos governantes brasileiros da receita privatizadora, que chegava através do Banco Mundial e do FMI.”

Fazendo um histórico da privatização no país, Haroldo registrou que “o primeiro passo do Estado brasileiro no rumo da privatização foi dado no governo do general Figueiredo, ao criar, cinco meses após sua posse, em julho de 1979, o Programa Nacional de Desburocratização. Com Figueiredo cumpre-se, portanto, a primeira etapa da política de privatização, com o saldo de 20 estatais vendidas e mais 22 transferidas para governos



Haroldo Lima

estaduais ou fundidas a outras empresas.”

A segunda etapa da privatização ocorreu no governo Sarney, em 1985: “Nessa segunda etapa, 42 desestatizações foram concluídas, incluindo-se aí transferências de empresas para governos estaduais, liquidações e 18 privatizações. Com Fernando Collor de Melo, em 1990, tem início a terceira etapa da privatização no Brasil. No próprio dia da posse, o novo governo promulga a MP 155/90, depois transformada em Lei 8.031/90, instituindo o Programa Nacional de Desestatização. Até o impeachment do presidente, dois anos e meio depois de sua posse, o governo Collor privatizou 18 estatais, siderúrgicas e petroquímicas na maioria.”

Haroldo lembrou as oscilações do governo Itamar Franco na política de privatizações. Na sua opinião houve “certo esforço no sentido de controlá-lo em função de interesses nacionais e de moralizá-lo. A despeito disto, 17 estatais foram privatiza-

das durante o governo Itamar Franco.”

O governo FHC marca a “quinta etapa da política de privatização brasileira, de longe a maior e de mais amplo alcance. Assim, o governo promoveu a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações e a liberação da pesquisa e lavra do subsolo do país a empresas de qualquer nacionalidade, entre outras mudanças constitucionais. Sancionou a Lei das Concessões. O disposto em outra lei, a 9.074/95, permitiu ainda a transferência ao setor privado de concessões para exploração de serviços de energia elétrica.”

Fernando Henrique remarcou todos os leilões suspensos no governo de Itamar Franco, inclusive os de 8 petroquímicas. Incluiu 31 portos brasileiros. Abriu ao capital privado a telefonia celular, o transporte de sinais por satélite e outros segmentos de telecomunicações. E finalmente, em maio de 1997, levou a cabo a entrega da Cia Vale do Rio Doce, que foi a vigésima privatização feita pelo governo FHC e a maior estatal já vendida no Brasil.

“Quando, em um país como o Brasil, um governo opta pela privatização em larga escala e em toda a linha, em função, basicamente, de capitalizar-se para pagar dívidas e juros, está excluindo-se de suas obrigações nacionais, entregando trincheiras estratégicas ao controle de

quem quer que seja, em uma palavra, capitulando frente à ganância do grande capital”, opinou o deputado.

Na opinião de Haroldo as avaliações das estatais, seguindo métodos determinados por instituições estrangeiras são prejudiciais aos interesses do país. O valor obtido através do chamado fluxo de caixa “não tem nada a ver com o valor do patrimônio líquido real que ela tem. É uma tramóia descomunal”.

Vinte e uma empresas que aparecem na lista das “500 maiores e melhores do Brasil”, da revista *Exame*, de 1995, foram estatais brasileiras privatizadas a partir de 1991. Essas estatais foram vendidas por US\$ 6,66 bilhões, dos quais só US\$ 1,19 bilhão foram pagos em dinheiro. Na lista da *Exame*, aparecem com patrimônio líquido registrado de US\$ 22,3 bilhões.

Haroldo Lima ainda denunciou que o governo “promove em diversas estatais diferentes tipos de ajustes prévios às suas alienações. Tem gasto, em alguns destes ajustes, mais dinheiro do que recebe quando termina a venda da estatal pelos preços aviltados já vistos. O Relatório do TCU de 1996 diz que ‘os ajustes financeiros realizados nas empresas alienadas no período de 1993 ao final de 1996, envolvendo quatro empresas (CSN, Cosipa, Açominas e Embraer), totalizaram R\$ 3,8 bilhões, o que corresponde a 27,7% de toda a arrecadação do

Programa Nacional de Desestatização”.

O que se tem chamado de “moedas podres”, ou de “moedas de privatização”, são títulos públicos desvalorizados, comprados no mercado com 20%, 30% e até 40% abaixo do valor de face, e que entram na compra de estatais com seu valor integral. Do total de US\$ 13,73 arrecadado pelas privatizações, de 1990 até 1995, US\$ 8,8 bilhões entraram como “moedas podres” e somente US\$ 4,93 foi recolhido em dinheiro. Houve casos em que as ditas “moedas podres” representaram a totalidade das moedas oferecidas em troca de estatais. Nesses casos o governo entregou essas estatais sem receber nenhum dinheiro, nem à vista, nem a prazo.

“O Brasil, já agora, no cenário internacional, só perde em privatização para a Austrália. Um espectro ronda o horizonte brasileiro. Governantes falam em megaprivatizações e asseveram que não vão receber, daqui por diante, “moedas podres”. Querem “cash”. E estão otimistas. Vai ficando claro que essas megaprivatizações serão feitas para passar ao capital estrangeiro as empresas mais dinâmicas de nosso país e os serviços energéticos básicos”, afirmou.

Finalizando, Haroldo Lima considerou o Brasil “grande e pleno de riquezas. O povo é laborioso e pode erguer uma grande Nação. Inaceitável é vender a pátria.”

Os desafios atuais do socialismo

Os desafios atuais da luta pelo socialismo foi o tema da intervenção do deputado federal por São Paulo, Aldo Rebelo. Após fazer uma retrospectiva da queda do socialismo e da resistência nos últimos anos, Aldo destacou que o PCdoB, em 1992, no seu 8º Congresso, aprovou a estratégia socialista para a transformação da sociedade brasileira, que culminou com a aprovação do programa socialista.

“A estratégia socialista, além de responder a uma exigência objetiva do contraditório desenvolvimento do Brasil sob o regime capitalista, teve significado educativo, ideológico e político, ao apontar o rumo da resistência à ofensiva avassaladora do capital”, afirmou.

Segundo Aldo, o mundo caminhou neste final de século para a exacerbação do domínio dos monopólios em escala nacional e internacional e se, ao mesmo tempo, intensificaram-se os processos de socialização e internacionalização da vida econômica, política e cultural da humanidade, estes fenômenos aproximaram e amadureceram as condições objetivas para a

substituição do sistema capitalista-imperialista pelo socialismo. Mas as derrotas sofridas pelo socialismo tornaram mais difícil e complexa a realização dessa tarefa. Daí a necessidade de caminhos que aproximem a necessidade objetiva do socialismo de sua possibilidade política, real e concreta nos dias de hoje.

“A exemplo do mundo, o Brasil amadureceu para o socialismo. Embora marcado pela dependência e desigualdade e por relativo atraso tecnológico, o sistema capitalista desenvolveu-se plenamente no Brasil e qualquer alteração duradoura de suas características só será alcançada na medida em que se inicie a construção da sociedade socialista. É de todo correto, portanto, afirmar a atualidade da luta pelo socialismo no Brasil de nossos dias”, acredita.

Aldo afirma que “o capitalismo não será vencido apenas com discursos e folhetos, por mais importantes que sejam. É preciso pôr em movimento amplas forças sociais, permitir que os trabalhadores vivam suas experiências políticas e, para isso, é indispensável formular objetivos parciais, estabelecer

alianças estratégicas e táticas”.

“A degradação da vida do povo, da soberania da nação e de suas instituições republicanas desafia as correntes progressistas a reunir todos os que estejam dispostos a resistir e abrir caminho em meio ao cerco neoliberal e neocolonialista. Quanto mais amplo e mais eficaz for o combate a essa ofensiva, mais próximo ficará o sonho socialista de um regime democrático da maioria, de um progresso econômico acelerado e de maior igualdade social.”

“Lutar pelo socialismo, portanto, é estabelecer, desde já vinculação

profunda dos lutadores socialistas com o dia-a-dia dos trabalhadores da cidade e do campo, da juventude, das mulheres e da intelectualidade. Tem grande importância, neste aspecto, o trabalho junto aos sindicatos, às organizações estudantis, às associações de moradores, às entidades femininas e aos centros de cultura, onde deve prevalecer o espírito combativo e unitário.

Lutar pelo socialismo é pugnar também pela independência nacional e pela preservação



Aldo Rebelo

da herança cultural de nosso povo, ameaçadas pelo hegemonismo político e pelo exclusivismo cultural das grandes potências. Os comunistas são os patriotas mais consequentes. A eles cabe estimular a defesa da soberania nacional, a preservação dos valores nacionais, de seus símbolos e de sua cultura, compreender que a classe operária e o povo estão imbuídos do mais puro patriotismo,

até porque parcela substancial das classes dirigentes já associou seus negócios e valores ao cosmopolitismo globalizante. Mas é preciso compreender também que, além do povo simples, o sentimento nacionalista contagia setores importantes das camadas médias, das Forças Armadas, do pequeno e médio empresariado e dos religiosos.

Lutar pelo socialismo, enfim, não é esperar que ele brote por obra e graça do espontaneísmo econômico, ou da pregação teoricista de seitas de esquerda. Antes, é preciso acumular forças reais, aglutinar aliados, denunciar as contra-reformas neoliberais apresentadas pelo atual governo e lutar por reformas progressistas, que ampliem a democracia, reforcem a soberania nacional, limitem a força dos monopólios privados, com destaque para os estrangeiros, acelerem o crescimento da economia e a geração de empregos, redistribuam a riqueza e a cultura”.

Segundo Aldo, será vermelho mas também verde e amarelo, o socialismo que vingará e florescerá no solo brasileiro.

Contribua com o PCdoB

BANCO DO BRASIL 001-9 Recibo do Sacado		BANCO DO BRASIL 001-9 Ficha de Caixa	
Operadora C/ APRESEN 2809-6 / 04132-7	Valor R\$ PARC.001/001	Operadora C/ APRESEN 2809-6 / 04132-7	Valor R\$ PARC.001/001
Conta Corrente 98.420.400.001-5	Conta Corrente 01662602	Conta Corrente 98.420.400.001-5	Conta Corrente 01662602
C.G.C. 04.906.485/0001-06		C.G.C. 04.906.485/0001-06	
BANCO DO BRASIL 001-9 00199.84202 40000.128096 00004.132189 8 000			
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (CONTRIBUICAO DE FILIADOS)		C/ APRESENTACAO	
Operadora 20/06/97	Valor R\$ PARC.001/001	Operadora 2809-6 / 04132-7	Valor R\$ PARC.001/001
Conta Corrente 01662602	Conta Corrente 016	Conta Corrente 98.420.400.001-5	Conta Corrente 01662602
INSTRUÇÕES			
O VALOR A SER PAGO SERÁ PREENCHIDO PELO SACADO			
SACADO JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA R ALVARES DE AZEVEDO, 349 01114-000 SAO PAULO - SP LAPA		Ficha de Compensação	

Boleto que está sendo enviado a todos os militantes do PCdoB

Finanças, uma questão decisiva para o crescimento partidário

Resumo da intervenção especial feita por Ronald Freitas no 9º Congresso

“É necessário nos debruçarmos sobre o ‘problema de finanças’ a partir de um redimensionamento de sua importância política e de um tratamento profissional na sua execução. Seja na sua captação, seja no gasto.

A atividade de finanças deve ser vista como um elemento garantidor da execução das propostas políticas derivadas de nossos objetivos e da nossa atuação. Ela deve estar em pé de igualdade com as várias frentes de atuação partidária, e merecer por parte das direções tratamento compatível a isso.

O militante que contribui de forma organizada e constante com o Partido dá uma demonstração de adesão e integração na vida partidária, o que o destaca. As instâncias partidárias, onde o mecanismo de contribuição dos militantes existe de forma regular, no geral funcionam mais ativamente e conseguem desenvolver o trabalho político com maior capacidade de iniciativa e mais criatividade.

Ainda existe entre nós uma atividade bastante amadora nessa frente. Ao se planejar uma campanha ou um evento, a última coisa que se trata, quando se trata, são os custos. Eles só surgem na hora do ‘pagamento da fatura’. Não se compreende suficientemente que um eficaz controle contábil é de decisiva importância não só para se cumprir as exigências legais mas também para permitir um eficaz

controle de toda atividade partidária. Torna-se necessário e urgente criarmos um sistema de finanças que abranja **Fontes de Captação; Orçamento; Controle.**

Fontes de Captação - Atualmente são restritas e limitadas, e com exceção das advindas de mandatos parlamentares e algumas contribuições militantes constantes, são dispersas, irregulares e esparsas. Devemos planejar essa atividade de forma que se crie um complexo de fontes de captação, do que resulte uma situação de finanças com uma base estável e crescente. Destacaremos algumas formas:

Finanças partidárias

Contribuição do militante é uma forma clássica, básica e estatutária. É uma fonte de recursos importante que não pode ser desprezada. Além de ser um dos destacados indicadores do grau de adesão partidário por parte da militância.

Contribuição dos parlamentares é uma fonte que já contribui expressivamente, mas que, cremos, poderá ser potencializada.

Finanças de massas

Campanhas são momentos de busca concentrada de recursos para a realização de certo objetivo. Temos de revitalizar as campanhas no Partido, que no geral são timidamente divulgadas e algumas até jocosamente encaradas. Considero uma atividade que, além do conteúdo de captação de recursos, tem um

potencial de despertar forças coletivas e estimular a militância que nem sempre percebemos. A experiência da ‘Raspadinha do 9º Congresso’ é um exemplo muito vivo disso. Ao lado da grande repercussão política e divulgação de mídia, e de ter-se revelado de fácil vendagem, muitas raspadinhas ficaram encalhadas em virtude de atitudes conservadoras e/ou burocráticas diante da campanha.

Rede de contribuinte é outra forma tradicional e que está em certo esquecimento. Sempre trabalhamos com amigos do Partido que contribuíam regularmente conosco. É necessário voltar a esta prática, listar os contribuintes em potencial, procurá-los, discutir com eles uma contribuição e ver o mecanismo mais adequado para que a contribuição se efetive.

Eventos artístico-culturais, outra importante atividade que necessitamos desenvolver e promover. A título de sugestão, creio que devemos iniciar, a partir do próximo ano, a realização anual de um Evento Nacional, de caráter político-artístico-cultural e que, além de proporcionar a divulgação de nossas idéias, de ser um espaço de congressamento cultural das várias regiões do país, seja destacadamente uma importante fonte de finanças.

Finanças na ação política - A ampliação da influência do Partido tem nos referenciado e credenciado junto a círculos políticos amplos como uma força política séria, íntegra e que defende com determinação os interesses nacionais. É necessá-

O Partido Comunista do Brasil está lançando uma campanha de contribuição financeira militante. “Trata-se de um esforço de planejamento, para estabelecer objetivos, elaborar o orçamento partidário e ter um controle maior de sua aplicação”, informa Ronald Freitas, tesoureiro do Partido.

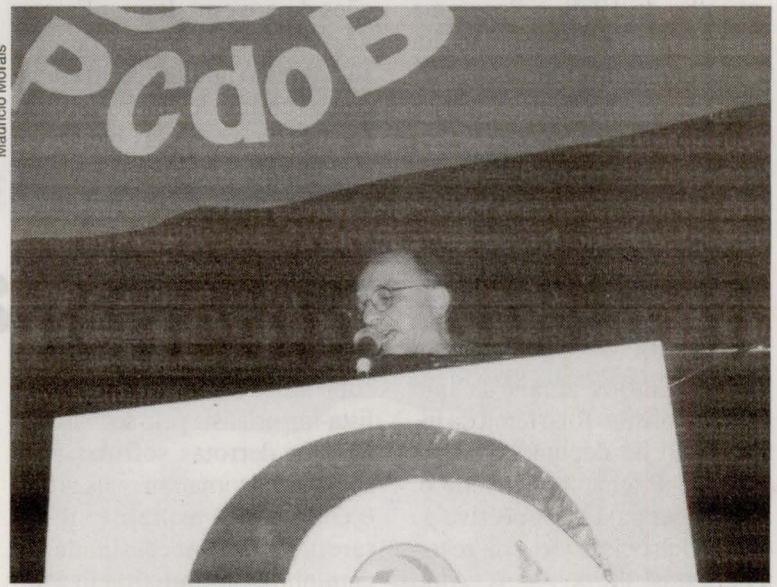
Para ele, “a Raspadinha foi um sucesso financeiro e político, e agora vamos dar uma atenção maior à contribuição financeira regular do militante.” Até o final deste ano, todos os militantes que preencheram o cadastro do 9º Congresso (foram mais de 20 mil) devem receber, pelo correio, um carnê de contribuição bancária, com opções diferenciadas. O pagamento pode ser feito através de cobrança bancária utilizando o carnê (são doze boletos), através de cartão de crédito Visa e, somente no caso do Estado de São Paulo, através de transferência

automática para os que têm conta no Banespa.

O militante definirá o valor e a forma de parcelar o pagamento (anuidade, trimestral, semestral ou mensal). A contribuição mínima anual é de R\$ 120,00 (ou R\$ 10,00 por mês).

Juntamente com o carnê, segue um cartão resposta para ser preenchido pelo militante e remetido à direção nacional. “Se algum militante não receber a correspondência, deve entrar em contato com o Partido, para verificarmos se houve algum problema com o envio ou se há problema com o cadastro”, alerta Freitas.

O total arrecadado será dividido entre as instâncias partidárias (20% para a direção nacional, 80% para os regionais - que decidirão a distribuição em suas respectivas áreas). “A nossa expectativa é de que a campanha seja um fator de discussão de finanças nas várias áreas de atuação partidária”, finaliza.



Ronald Freitas

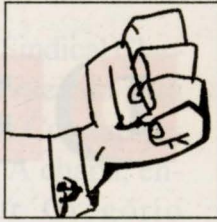
rio sabermos buscar junto a esses setores, através de discussão em nível elevado, ajuda material que nos permita desenvolver atividades políticas que se revertam em defesa de interesses comuns.

Orçamento, uma ferramenta necessária - Através do planejamento prévio de atividades, da sua previsão orçamentária, podemos estabelecer uma correta aplicação dos recursos que dispomos e maximizar sua utilização. A busca de uma ótima relação custo/benefício político fica muito difícil de ser atingida se não se discute previamente os custos das atividades, de modo que se estabeleçam de fato prioridades.

Controle, uma exigência de transparência e eficiência - A realização de políticas de controle de gastos em todos os níveis, é uma consequência lógica de atividade de finanças

pautada pelo profissionalismo. É necessário adequarmos nossa atividade nesta área. Primeiramente devemos padronizar os processos de avaliação contábil, prestações de contas, em todos Estados e no Comitê Central.

Orçamento e controle - No processo de elaboração e aprovação de um orçamento criamos as condições para uma participação mais ampla nos processos decisórios pelos níveis de direção, estimulando o trabalho coletivo. Através dos processos de controle, estabelecem-se mecanismos que garantem a transparência de gestão dos bens partidários, facultando uma real democratização na gestão do nosso patrimônio. Mecanismos de prestação de contas em todos os níveis dos níveis superiores aos subalternos e vice-versa, são a expressão concreta desse processo de controle.



Em sua segunda reunião, o novo Comitê Central, eleito no 9º Congresso, analisou a situação política do país e apontou os objetivos partidários para as eleições do próximo ano. O PCdoB insiste na necessidade de uma candidatura ampla para derrotar o neoliberalismo

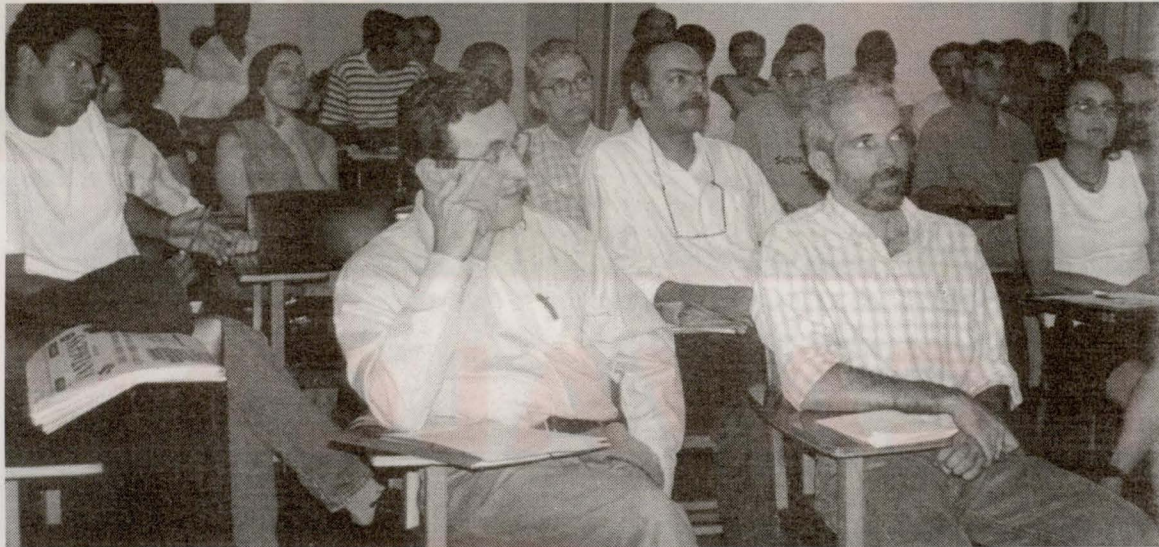
“Para derrotar o neoliberalismo é necessária candidatura ampla”

O presidente do PCdoB, João Amazonas, fez a avaliação da situação política e econômica durante a reunião do Comitê Central, onde destacou que “estamos atravessando um período de crise aprofundada do capitalismo internacional, que por enquanto se manifesta mais fortemente nos chamados ‘países em desenvolvimento’. Os países do tipo dos Tigres Asiáticos e os “cordeiros” latino-americanos são os mais afetados. Nesta crise, há gente que perde, mas há também quem ganha! As oligarquias financeiras se apoderaram de mais regiões do planeta”.

Amazonas destacou que “o Brasil é um dos países mais atingidos pela crise. O pacote do governo agrava ainda mais a situação do povo e atrela o país aos interesses internacionais. Continuando neste rumo, o país sairá mais pobre e dependente da crise que hoje vivemos.”

Ano eleitoral

No próximo ano, acontecerão as eleições para presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. “Em nosso país, as



A reunião do Comitê Central ocorreu nos dias 22 e 23, em São Paulo

eleições sempre significam turbulências. Nelas ocorrem a luta entre os setores mais progressistas e os mais reacionários. Desta vez, o governo Fernando Henrique violou a tradição de não existir a reeleição nos cargos executivos no país. E seu governo só trata da reeleição. Toda a mídia está orientada para combater a oposição a FHC, está orientada a impedir a unidade oposicionista”, lembrou o presidente do PCdoB.

“A maior parte da burguesia nacional juntou-se ao imperialis-

mo, temendo ser esmagada. Atualmente não há mais divisões abertas nas classes dominantes. No campo oposicionista, nosso Partido tem se batido para organizar a luta contra o modelo neoliberal de Fernando Henrique. A formação do Bloco de Oposição foi muito importante, unificando um setor das esquerdas. Mas o inimigo é forte, e dificuldades existem”, afirmou.

Para o presidente do PCdoB, “os reacionários querem dividir e confundir as es-

querdas. As leis eleitorais estão cada vez mais restritivas. A situação atual exige a criação de ampla frente nacional, democrática e popular contra o neoliberalismo. Uma frente que vá além da questão eleitoral. Neste sentido, precisamos de um candidato único que represente essa frente mais ampla. Para derrotar o neoliberalismo é necessária candidatura ampla. O isolamento da esquerda favorece aos inimigos, aos reacionários. A esquerda delirante é uma tendência perigosa, pois preci-

samos de uma ampla frente para derrotar o neoliberalismo.

Objetivos partidários

O dirigente comunista ressaltou que o Partido deverá realizar alianças políticas que possibilitem aumentar a influência e atuação partidárias nos Estados, e derrotar os candidatos da direita nas eleições para governador. O PCdoB pretende aumentar de 9 para 15 a sua bancada federal, e ter também 15 deputados estaduais. “É importante lembrar que a nova legislação eleitoral exige que tenhamos no mínimo 1% dos eleitores em todo o país e deputados em 5 Estados para termos liderança e estrutura de bancada no Congresso. Precisamos igualmente de 1% dos eleitores em cada Estado, para termos estrutura de bancada. Devemos lançar candidatos a deputado federal em todos os Estados e dar importância e organização também às campanhas dos deputados estaduais. Durante todo o ano de 98, devemos sair a campo para ganhar eleitores, popularizar nossos candidatos e fazer crescer o nosso Partido”.

Novo Comitê Central

Por erro, no último número não saiu o nome do camarada Daniel Almeida na lista de integrantes do Comitê Central. Esta é a lista completa.

Efetivos

- Adalberto Monteiro
- Alanir Cardoso
- Aldo Arantes
- Ana Maria Rocha
- Antonio Renildo Souza
- Carlos Augusto Diógenes
- Daniel Almeida
- Edmilson Valentim
- Edson Silva
- Eduardo Bonfim
- Elza Monerat
- Eronildo Bezerra
- Eustáquio Vital Nolasco
- Haroldo Lima
- Inácio Arruda
- Jairo José
- Jamil Murad
- Jandira Feghali
- Francisco Javier Alfaya
- João Amazonas
- João Batista Lemos
- José Aldo Rebelo
- José Carlos Ruy
- José Ouriques Freitas
- José Reinaldo Carvalho

- José Renato Rabelo
- Jussara Cony
- Liège Rocha
- Luciano Siqueira
- Luis Carlos Chaves
- Luis Fernandes
- Maria Socorro Jô Vieira
- Maria Socoro Gomes
- Nádia Campeão
- Nivaldo Santana
- Olival Freire
- Pedro de Oliveira
- Pérciles Souza
- Ricardo Abreu - Alemão
- Sérgio Miranda
- Vanessa Grazziotin
- Wagner Gomes
- Walter Sorrentino

Suplentes:

- Ronald Freitas
- Newton Miranda
- Agnelo Queiroz
- Dilermando Toni
- Madalena Guasco
- Altamiro borges
- Divino Goulart
- José Messias de Souza
- Edvaldo Nogueira
- Orlando Silva Jr.
- Lia Klein
- Joel Batista
- Sérgio Barroso

Direção elege Comissão Política e forma comissões auxiliares

O novo Comitê Central, eleito no 9º Congresso do PCdoB, realizou nos dias 22 e 23 de novembro sua segunda Reunião Plenária. Foram eleitos os integrantes da Comissão Política e Secretariado e das comissões auxiliares do comitê. O segundo ponto de pauta foi a conjuntura política e as eleições de 1998 (veja artigo nesta página).

A Comissão Política é formada por João Amazonas, Renato Rabelo, José Reinaldo de Carvalho, Pedro de Oliveira, João Batista Lemos, Vital Nolasco, Walter Sorrentino, Jô Moraes, Ana Rocha, Ronald Freitas, Aldo Rebelo, Haroldo Lima, Sérgio Miranda, Ricardo Abreu (Alemão) e o líder da bancada na Câmara Federal (atualmente, Aldo Arantes). O secretariado é integrado por João Amazonas, Renato Rabelo, José

Reinaldo de Carvalho, Pedro de Oliveira, João Batista Lemos, Vital Nolasco.

Foram formadas comissões auxiliares do Comitê Central. Integram a Comissão de Organização: Renato Rabelo, Dilermando Toni, Jairo José, Joel Batista, André Bezerra e Lejeune Mato Grosso; a Comissão de Agitação e Propaganda: Pedro de Olivera, José Carlos Ruy, Olival Freire, Javier Alfaya, Divo Guisoni, Guiomar Prates e Carlos Pompe; a Comissão de Movimento Sindical: João Batista Lemos, Wagner Gomes, Altamiro Borges, Sérgio Barroso, Augusto Cesar Madeira e Marcelo Cardia; a Comissão de Formação: Walter Sorrentino, Madalena Guasco e Nereide Saviani; a Comissão de Finanças: Ronald Freitas, Edmilson Valentim e Eriberto Muniz; a Comissão de Organizações de Massas: Vi-

tal Nolasco, Nádia Campeão e Liège Rocha; a Comissão de Relações Internacionais: José Reinaldo de Carvalho; a Comissão Parlamentar: Aldo Arantes, Sérgio Benassi e Fábio Tokarski; a Comissão de Saúde: Jandira Feghali, Jussara Cony, José Alberto Hermógenes; a Comissão para acompanhamento do quadro partidário no Rio de Janeiro e apresentação de parecer ao Comitê Central: Renato Rabelo, Sérgio Miranda e Walter Sorrentino; a Comissão encarregada de apresentar ao Comitê Central um esboço da história do Partido Comunista do Brasil: José Carlos Ruy, Augusto Buonocori e Madalena Guasco; e destacados os camaradas Orlando Silva Jr. e Ricardo Abreu (Alemão) para acompanhar, junto ao Comitê Central, o trabalho da juventude.

A ATUALIDADE DE

Fábio Palácio

O centenário de nascimento de Di Cavalcanti - que vem passando relativamente despercebido, não obstante seja grandiosa a obra desse artista - é uma boa oportunidade para refletir sobre algumas questões suscitadas pelo movimento modernista. Essas questões remetem, de forma mais geral, à relação entre arte e sociedade, temática em cujo âmbito persistem algumas tensões, geralmente expressas por meio de categorias como modernidade e dependência, vanguarda e subdesenvolvimento, nacional e universal.

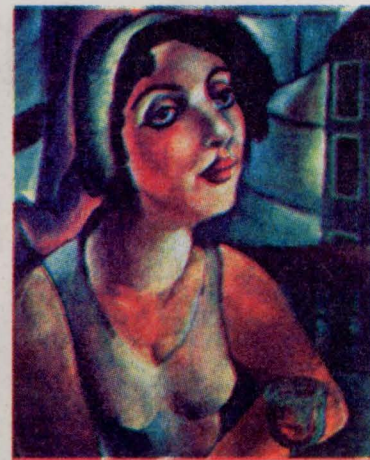
As tensões expressas por meio desses conceitos permanecem ainda hoje atuais na arte brasileira e encontram na obra de Di uma poderosa possibilidade de expressão concreta.

Di Cavalcanti nasceu no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1897, onde também viria a falecer em 26 de outubro de 1976. Iniciou sua carreira em 1916, publicando charges políticas. No ano seguinte começou a pintar, sob influência do *art-nouveau* francesa. Após participar da Semana de Arte Moderna de 1922, embarcou para Paris, onde conheceu influências do cubismo e do surrealismo. Na Itália, viu a obra de Ticiano. Pouco depois, em 29, pintou painéis modernos onde já se sobressaíam as temáticas populares. A partir de 1935, Di Cavalcanti assimila a arte social dos muralistas mexicanos Orozco, Rivera e Siqueiros. É quando passam a ser predominantes em sua obra as temáticas brasileiras.

Tal qual Cândido Portinari (cuja temática central é o trabalho), os motivos principais de Di Cavalcanti são populares: o carnaval, a boêmia, o deboche, as mulatas, o erotismo, a vida do subúrbio carioca. Seu estilo caracteriza-se por uma espécie de "cubismo com curvas barrocas". As cores são vivas, referência permanente à realidade dos trópicos. Como um todo, a



Duas Mulatas - 1961



Mesa de Bar - 1925

como asseverava Mário de Andrade - só se realiza na obra na medida em que tanto mais ela é nacional. Por aí, devemos compreender o universalismo que permeia manifestações como o samba e o jazz, por exemplo. E por aí podemos compreender que a possibilidade de realização universal de uma manifestação cultural é fruto de um amadurecimento da experiência, de um certo acúmulo de reflexão social sobre seu objeto. O universal em cultura não é algo passível de ser forjado.

O mercado cultural, porém, atua em franco desacordo com essa lei. Cria - a partir da pura agregação de elementos díspares (engenharia que recebe o nome de *kitsch*) - um universal efêmero, isto é, um universal falso, que não se firma como tal - porque não tem possibilidade de transcendência histórica e nem mesmo de realização social, a não ser na esfera do consumo.

Aos que tentam fazer do nacional-popular uma mera peça ideológica de inspiração nacional-desenvolvimentista, sem qualquer vínculo de objetividade com a realidade de um país como o Brasil, é preciso lembrar que nenhuma experiência humana está apartada da realidade social. Mesmo o pretensamente neutro discurso da globalização cultural e da diversidade do mercado não passam de cânones ideológicos, certamente não a serviço dos interesses do povo e da nação brasileira, mas dos conglomerados da indústria cultural.

A obra de Di Cavalcanti e o próprio modernismo brasileiro legam-nos essas lições. E não é de espantar que elas possam estar tão profundamente expressas neste pioneiro da iconografia nacional, cuja vida pessoal não foi sempre mais que uma extensão da obra.



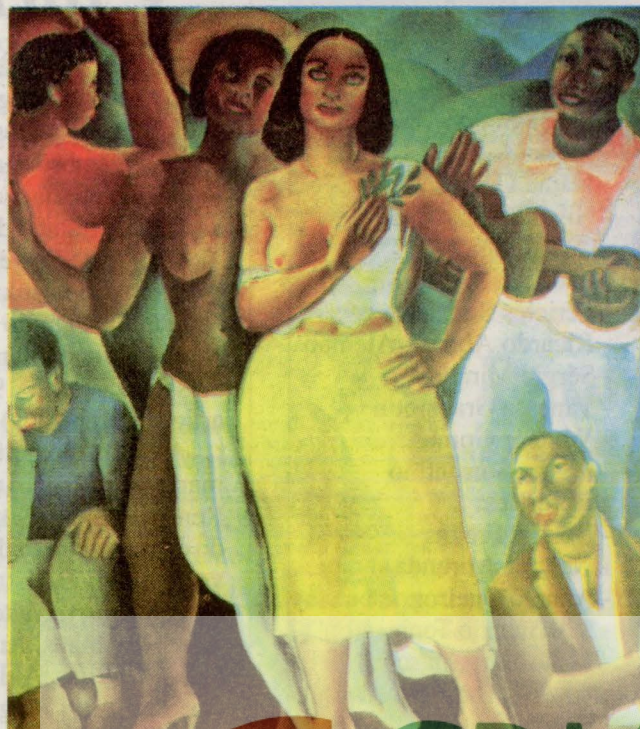
Reunião - 1965

arte de Di Cavalcanti representa uma solução criativa alcançada a partir de elementos técnico-estéticos tomados de empréstimo às vanguardas européias.

A obra do artista carioca - expressão de um país de desenvolvimento contido - atesta o esforço de construção de uma identidade nacional, consagrado pelo avanço de setores médios urbanos e de uma burguesia do Estado, a partir de meados dos anos 20. Di Cavalcanti nos ensina que, nos marcos de uma sociedade como a brasileira, que vive entre a modernidade e a dependência, não é possível evitar que categorias como moderno, nacional e popular interfiram no conteúdo da produção artística, pois servem como pa-

Cavalcanti um ímpeto modernista que aspira ao universal mas é refrutado pela exigência de estilo e temáticas nacionais e populares. Por trás dessa tese encontra-se a idéia de que a ideologia aprisiona a arte, como se pudesse existir uma arte neutra de influências sociais.

Na obra de Di Cavalcanti, ao invés de tornar-se um impasse, a tensão entre o nacional e o universal se resolve de forma criativa e em favor do primeiro elemento, pois Di percebe que o universal -



Samba - 1928

râmetros reflexivos, como conceitos que orientam a experiência e são por ela enriquecidos.

Alguns² concebem em Di